

MAHLE Metal Leve S.A.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Informações requeridas pela Instrução CVM nº 481, em atendimento às informações para o exercício do direito de voto em Assembléia Geral Ordinária de acionistas da Companhia

A) Informações sobre a Companhia

A.1) Identificação da Companhia

MAHLE Metal Leve S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 60.476.884/0001-87.

Sede: Av. Ernst Mahle, 2000
Mogi Guaçu – Estado de São Paulo
CEP: 13.846-146

A.2) Diretoria de Relações com Investidores

Axel Erhard Brod
Telefone: (19) 3861-9260
E-mail: relações.investidores@br.mahle.com

A.3) Auditores Independentes da Companhia

BDO Auditores Independentes

A.4) Jornais nos quais a Companhia divulga informações

Diário Oficial do Estado de São Paulo, Valor Econômico e Gazeta Guaçuana.

B) Considerações sobre este relatório

Esse documento deve ser lido em conjunto com as demonstrações contábeis da MAHLE Metal Leve S.A. (“MAHLE ou Companhia”), publicadas, em 30 de março de 2010, nos jornais Valor Econômico, Gazeta Guaçuana e Diário Oficial do Estado de São Paulo. Essas demonstrações contábeis também encontram-se disponíveis no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), da BM&F BOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e no site da Companhia (www.mahle.com.br) selecionando-se a opção “Relações com Investidores”.

Nesse documento estão presentes as informações requeridas pela Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, especificamente, Art. 9º, III (“Comentário dos Administradores”), § 1º, II do mesmo artigo (“Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício”), Art. 10 (“Informações referentes a Administradores e membros do Conselho Fiscal à disposição dos acionistas para eventual reeleição”) e Art. 12 (“Proposta de Remuneração e Remuneração dos Administradores”). As demais informações requeridas pelo Art. 9º da referida Instrução foram arquivadas e disponibilizadas publicamente na rede mundial de computadores no órgão regulador (“CVM”), na Bolsa de Valores em que a Companhia está listada para negociação (“BM&F BOVESPA”), e no site da Companhia, conforme será informado nos itens seguintes.

Os valores são expressos em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado.

C) Informações requeridas pela Instrução CVM nº 481

C.1) Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício findo.

Conforme informações disponíveis, a partir de 30/03/2010 no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), da BM&F BOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e no site da Companhia (www.mahle.com.br) selecionando-se a opção “Relações com Investidores”.

C.2) Cópia das demonstrações contábeis.

Conforme informações disponíveis, a partir de 30/03/2010 no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), da BM&F BOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e no site da Companhia (www.mahle.com.br) selecionando-se a opção “Relações com Investidores”.

C.3) Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência que está a seguir demonstrado:

10 COMENTÁRIO DOS DIRETORES

10.1. Os diretores devem comentar sobre :

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2009 a Companhia obteve um lucro líquido de R\$ 53,7 milhões. Esse resultado deve-se ao desempenho obtido no segundo semestre com o resultado líquido positivo de R\$ 85,1 milhões, que possibilitou reverter o resultado negativo de R\$ 31,5 milhões apurado nos primeiros seis meses do ano. Nota-se claramente que a partir do segundo semestre do ano, as margens de lucratividade retornaram aos níveis registrados antes da entrada da crise global em 2008.

O Patrimônio Líquido em 2009 aumentou no montante de R\$ 115 milhões, representando criação de valor aos acionistas. A cobertura do total dos ativos cresceu de 27,3% para 41,1%, significando o retorno à uma condição financeira e patrimonial geral mais sólida após a crise global. Esse aumento de patrimônio líquido foi basicamente em decorrência do resultado do exercício, bem como da reversão de provisão de perdas não realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

O endividamento líquido consolidado totalizou R\$ 251,9 milhões, e registrou uma redução de 38,5% em relação aos R\$ 409,6 milhões registrados em 2008 em decorrência dos esforços de otimização de capital de giro, de um programa agressivo de redução de custos e de investimentos, em resposta à retração na produção e vendas provocada pela crise global. Houve um sensível alongamento nos prazos de vencimento dos financiamentos decorrente de renegociações junto às instituições financeiras no terceiro trimestre de 2009, o que possibilitou alterar completamente o perfil de seu endividamento.

As condições gerais acima serão explicitadas no item 10.1.h., bem como as informações dos exercícios sociais de 2008 e 2007.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. hipóteses de resgate

Não aplicável.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A liquidez da Companhia e de suas controladas é suficiente para assumir todos os seus compromissos financeiros de curto prazo. A Companhia encerrou o exercício com índice de liquidez corrente de 2,12 (0,98 em 31.12.2008 e 1,17 em 31.12.2007) suficiente para cobrir o endividamento financeiro líquido que representava 1,1 vezes o EBITDA.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A política da Companhia tem sido a de financiar suas operações a custos competitivos, seja através de linhas de financiamentos junto ao BNDES, com linhas para exportação Exim/PSI, Finame e Finem, ou junto a bancos comerciais com linhas de curto prazo para gestão de capital de giro. O perfil da dívida no decorrer do ano foi alongado significativamente de 2008 para 2009, de 77% para 22% no curto prazo, e de 23% para 78% no longo prazo. Em 2007 o perfil da dívida era o mesmo de 2008.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Pré-Embarque (Exim, ACC), ACE, FINEM, FINEP, FINAME e Capital de Giro.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

| Encargos financeiros | Controladora | | | Consolidado | | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2009 | 2008 | 2007 | 2009 | 2008 | 2007 |
| Moeda nacional | | | | | | |
| BNDES-Finame (juros entre 10,5% a 14,5% a.a.) | 4.470 | 10.972 | 17.131 | 4.470 | 11.140 | 17.131 |
| FAT Giro Setorial (Capital de Giro) variação da TJLP acrescida de juros anuais de 2,5 % aa | - | - | 3.635 | - | - | 8.127 |
| BNDES-Finem - TJLP acrescida de juros anuais de 2,30%. | 34.085 | 41.394 | - | 34.085 | 41.394 | - |
| BNDES-Exim (juros entre 4,50% e 16,54% a.a.) | 311.130 | 387.501 | - | 322.619 | 398.073 | - |
| Leasing (juros entre 12,42% a 24,83% a.a.) | - | - | - | 2.379 | 3.949 | - |
| Conta Garantida (juros anuais de 116,50% a 138,50% do CDI) | - | - | 31.665 | - | 3.411 | 32.892 |
| CCB – Cédula de crédito bancário (juros anuais 123,00% a 138,50% CDI) | - | - | - | 24.313 | 35.255 | - |
| Outros | 22 | 35 | 92 | 22 | 40 | 92 |
| Moeda estrangeira | | | | | | |
| Provisão de juros sobre saques descontados | 112 | 246 | 392 | 112 | 246 | 399 |
| Capital de giro – variação cambial acrescida de juros anuais de 5,84% a 22,5%. | - | - | - | - | 14.874 | 28.327 |
| BNDES-Exim (US\$ 40 milhões) - 100% Saldo devedor indexado a variação da TJLP acrescida de juros anuais de 2,07 % aa. | - | - | 72.949 | - | - | 72.949 |
| BNDES-Exim (US\$ 30 milhões) - 80% Saldo devedor indexado a variação da TJLP acrescida de juros anuais de 2,60 % aa. | - | - | 52.644 | - | - | 52.644 |
| 20% Saldo devedor indexado a variação cambial acrescida de juros anuais de 9,37% aa. | - | - | 10.841 | - | - | 10.841 |
| SWAP indexado a variação cambial acrescida de juros anuais de 4,52% aa. | - | - | (9.429) | - | - | (9.429) |
| BNDES-Exim (US\$ 55 milhões) - 80% Saldo devedor indexado a variação da TJLP acrescida de juros anuais de 2,95 % aa. | - | - | 93.755 | - | - | 93.755 |
| 20% Saldo devedor indexado a variação cambial acrescida de juros anuais de 10,14% aa. | - | - | 19.907 | - | - | 19.907 |
| SWAP indexado a variação cambial acrescida de juros anuais de 4,52% aa. | - | - | (14.077) | - | - | (14.077) |
| Financiamento à importação – EURIBOR acrescida de juros de 1,00% a 2,70% a.a. | - | - | - | 4.185 | 3.414 | - |
| ACC – juros anuais de 4,00% a 7,85% | - | - | - | - | 41.749 | - |
| Mútuo - juros 13,75% ao ano | - | - | - | - | 318 | - |
| FINIMP - Juros de 5,25% ao ano | - | - | - | - | 3.703 | - |
| ACC Mahle Argentina S.A - juros de 5,5% a 6,5 % a.a. | - | - | - | 5.361 | - | - |
| Capital de Giro Mahle Argentina S.A - juros de 13,40% a 19,5 % a.a. | - | - | - | 18.542 | - | - |
| Outros | - | - | - | 18.542 | - | 2.715 |
| | 349.819 | 440.148 | 279.505 | 434.629 | 557.566 | 316.273 |
| Circulante | (49.538) | (336.308) | (210.586) | (92.195) | (426.791) | (243.888) |
| Não circulante | 300.281 | 103.840 | 68.919 | 328.036 | 130.775 | 72.385 |

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não mantém quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras passíveis de gerar efeitos relevantes.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não aplicável.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis

As tabelas a seguir contêm informações extraídas dos balanços patrimoniais e das demonstrações dos resultados da Companhia referentes a 31 de dezembro de 2009 e 2008.

| R\$ milhões | | | | | | | |
|--|--------------|--------------------|--------------|-------------|--------------------|--------------|-------------|
| 01/01 a 31/12/2009 | | 01/01 a 31/12/2008 | | 09 x 08 | 01/01 a 31/12/2007 | | |
| | % | | % | % | | % | |
| Receita líquida de vendas e serviços prestados | 1.539,6 | 100,0 | 1.866,6 | 100,0 | -17,5 | 1.639,3 | 100,0 |
| Custo dos produtos vendidos e serviços prestados | (1.198,9) | -77,9 | (1.388,1) | -74,4 | -13,6 | (1.207,2) | -73,6 |
| Lucro bruto | 340,7 | 22,1 | 478,5 | 25,6 | -28,8 | 432,1 | 26,4 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | | | |
| Despesas com vendas, gerais e administrativas e outras | | | | | | | |
| receitas (despesas) operacionais | (154,8) | -10,1 | (255,7) | -13,7 | -39,5 | (207,8) | -12,7 |
| Resultado financeiro, líquido | (61,7) | -4,0 | (98,6) | -5,3 | -37,4 | (45,1) | -2,8 |
| Juros sobre o capital próprio | (36,3) | -2,4 | (35,2) | -1,9 | 3,1 | (28,5) | -1,7 |
| Despesas com desenvolvimento de tecnologia e produtos | (37,9) | -2,5 | (44,3) | -2,4 | -14,4 | (41,6) | -2,5 |
| Lucro antes do IR, da CS e da participação dos acionistas não controladores | 50,0 | 3,2 | 44,7 | 2,4 | 11,9 | 109,1 | 6,7 |
| Imposto de renda e contribuição social | (31,3) | -2,0 | (21,9) | -1,2 | 42,9 | (27,1) | -1,7 |
| Participação dos acionistas não controladores | (1,3) | -0,1 | 4,3 | 0,2 | -130,2 | (4,3) | -0,3 |
| Reversão dos juros sobre o capital próprio | 36,3 | 2,4 | 35,2 | 1,9 | 3,1 | 28,5 | 1,7 |
| Lucro líquido do exercício | 53,7 | 3,5 | 62,3 | 3,3 | -13,8 | 106,2 | 6,5 |

Receita Líquida de Vendas

A receita líquida de vendas consolidada em 2009 foi de R\$ 1.539,6 milhões, representando uma queda de 17,5% quando comparada aos R\$ 1.866,6 milhões apresentados em 2008 (Em 2007 a receita líquida de vendas consolidada foi de R\$ 1.639,3 milhões). Essa queda se deve ao recuo expressivo nas vendas, no mercado externo e interno, nos segmento de veículos pesados e máquinas agrícolas, em decorrência de uma trajetória mais lenta de recuperação no ritmo de crescimento econômico global, resultado da redução expressiva na produção de veículos no início do ano, em decorrência da crise.

| R\$ milhões | | | | | |
|-----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|----------------|
| | 1º trim.09 | 2º trim.09 | 3º trim.09 | 4º trim.09 | 2009 |
| Mercado Interno | 228,6 | 266,2 | 303,5 | 307,9 | 1.106,2 |
| Mercado externo | 105,0 | 94,8 | 121,6 | 112,0 | 433,4 |
| Total | 333,6 | 361,0 | 425,1 | 419,9 | 1.539,6 |

Com o reaquecimento gradativo do nível da atividade econômica do País e uma reação mais positiva na demanda interna a partir de meados do ano, as vendas da Companhia apresentaram uma curva ascendente ao longo do ano.

Vendas ao mercado interno

As vendas líquidas ao mercado interno no consolidado apresentaram uma queda de 6,7% em relação ao ano anterior, totalizando o montante de R\$ 1.106,2 milhões (R\$ 1.185,8 milhões em 2008 e R\$ 938,5 milhões em 2007), constituindo-se de reduções de 10% no mercado de equipamento original e de 2% no mercado de peças para reposição.

No mercado de equipamento original a queda nas vendas está associada principalmente à redução na produção de veículos de linha leve no início do ano, por conta dos altos níveis de estoque no último trimestre de 2008, resultando numa diminuição expressiva no fornecimento para o setor automobilístico e à redução nos segmentos de veículos pesados e de máquinas agrícolas. A partir do segundo semestre, esse mercado voltou a indicar uma trajetória ascendente, resultado das condições econômicas mais favoráveis, e do reaquecimento do setor automotivo, beneficiado pela prorrogação da redução da alíquota do IPI.

No segmento de peças para reposição houve uma reação expressiva nas vendas a partir de meados do ano, em decorrência de vários fatores, entre os quais: aquecimento na economia do país, resultando em uma recuperação nos serviços de transportes; aumento da frota circulante de veículos, que vem batendo recordes a cada ano; programas do Governo de apoio à aquisição de bens de capital usado, especificamente caminhões e da Inspeção veicular introduzida em 2009, resultando em aquecimento nas vendas de motores e suas partes e peças.

Receita Líquida de vendas no mercado interno por trimestre em 2009

| | R\$ milhões | | | | |
|----------------------|-------------|------------|------------|------------|---------|
| | 1º trim.09 | 2º trim.09 | 3º trim.09 | 4º trim.09 | 2009 |
| Equipamento original | 136,4 | 158,5 | 181,3 | 185,7 | 661,9 |
| Reposição | 92,2 | 107,7 | 122,2 | 122,2 | 444,3 |
| Total | 228,6 | 266,2 | 303,5 | 307,9 | 1.106,2 |

As vendas totais ao mercado interno comparadas com o segundo semestre de 2009 em relação ao semestre imediatamente anterior, apresentaram um aumento de 23,6%, composto de acréscimo de 24,5% no mercado de equipamento original e de 22,2% no de peças para reposição, demonstrando recuperação após a crise.

Vendas ao mercado externo

As vendas ao mercado externo no consolidado foram de R\$ 433,4 milhões, com uma queda de 36,3% em relação a 2008 (e de 38,2% em relação a 2007), com reduções de 38,8% no mercado de equipamento original e de 23,8% no mercado de peças para reposição.

Receita Líquida de vendas no mercado externo por trimestre em 2009

| | R\$ milhões | | | | |
|----------------------|-------------|------------|------------|------------|-------|
| | 1º trim.09 | 2º trim.09 | 3º trim.09 | 4º trim.09 | 2009 |
| Equipamento original | 84,2 | 74,6 | 100,3 | 89,9 | 349,0 |
| Reposição | 20,8 | 20,2 | 21,3 | 22,1 | 84,4 |
| Total | 105,0 | 94,8 | 121,6 | 112,0 | 433,4 |

A partir do segundo semestre observa-se uma reação mais positiva principalmente nas vendas no mercado de equipamento original, demonstrando uma retomada de crescimento, embora ainda bem abaixo da média dos trimestres de 2008. Portanto, quando se compara às vendas do segundo semestre de 2009 em relação ao semestre imediatamente anterior, as mesmas apresentaram aumento de 16,9%, sendo de 19,8% no mercado de equipamento original e de 5,9% no mercado de peças para reposição.

Em 2009 a participação das vendas ao mercado externo no consolidado correspondeu a 28% da receita líquida de vendas consolidada (36% em 2008).

A receita líquida de vendas consolidada no mercado externo, de equipamento original e de peças para reposição, quando analisada em dólares norte-americanos, apresentou uma queda de 43,7%, correspondendo a US\$ 220,1 milhões (US\$ 390,6 milhões em 2008 e US\$ 359,7 milhões em 2007).

Margem bruta

O resultado bruto consolidado em 2009 totalizou R\$ 340,7 milhões, registrando redução de 28,8% em relação ao ano anterior (e de 21,2% em relação a 2007). A margem bruta foi de 22,1%, e no mesmo período do ano anterior, a margem foi de 25,6% (Em 2007 a margem foi de 26,4%).

No primeiro semestre, a margem bruta sofreu fortemente os efeitos da queda no volume de vendas, e conseqüente falta de absorção dos custos fixos nas

operações da companhia, bem como das medidas de reestruturação implementadas pela administração. Uma melhora na margem ocorreu a partir do segundo semestre, resultado da combinação do reaquecimento no mercado interno de equipamento original e de peças para reposição e dos efeitos dos ajustes operacionais promovidos pela Companhia para amenizar os efeitos da crise. Conforme a tabela abaixo, nota-se que a partir do segundo semestre do ano, a margem bruta retornou aos níveis registrados antes da entrada da crise global em 2008.

Margem bruta por trimestre

| Ano | 1º trim. | 2º trim. | 3º trim. | 4º trim. | Acum. |
|------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|--------------|
| 2007 | 25,1% | 26,1% | 28,0% | 26,1% | 26,4% |
| 2008 | 28,4% | 27,7% | 27,4% | 17,7% | 25,6% |
| 2009 | 15,3% | 20,4% | 26,6% | 24,5% | 22,1% |

Gestão Financeira

Resultado Financeiro Líquido

| | R\$ milhões | | | |
|-------------------------------------|--------------------|---------------|---------------------|---------------|
| | Consolidado | | | |
| | 2009 | 2008 | Variação 09 x 08 | 2007 |
| Juros, líquido | (46,3) | (30,8) | (15,5) | (16,8) |
| Variações monetárias | (10,7) | (11,6) | 0,9 | (9,0) |
| Exposição cambial líquida | 0,8 | (4,1) | 4,9 | (4,5) |
| Resultado derivativo de "overhedge" | (3,1) | (46,8) | 43,7 | (2,3) |
| Outras | (2,4) | (5,3) | 2,9 | (12,5) |
| Resultado financeiro líquido | (61,7) | (98,6) | 36,9 | (45,1) |

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 61,7 milhões, apresentando uma melhora em relação ao ano anterior de R\$ 36,9 milhões, decorrente principalmente do fato de que ao longo de 2008, foram contratadas operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de assegurar as exportações e importações, bem como os preços das commodities, com base no plano econômico projetado para 2009. Essas operações em função da crise econômica se demonstraram excessivas e foram provisionadas em 31 de dezembro de 2008. Em 2009 a Companhia alterou a sua política de hedging e tais efeitos negativos não se repetiram nesse exercício.

Os juros líquidos apresentaram aumento no primeiro semestre de 2009, em decorrência do custo de financiamentos, bem como do maior nível de endividamento.

Síntese das Demonstrações dos Resultados

R\$ milhões

| | Consolidado | | | |
|---|----------------|----------------|------------------|----------------|
| | 2009 | 2008 | Var.% 09 x 08 | 2007 |
| Receita líquida de vendas | | | | |
| -Mercado interno | 1.106,2 | 1.185,8 | -6,7% | 938,5 |
| -Mercado externo | 433,4 | 680,8 | -36,3% | 700,8 |
| Total | 1.539,6 | 1.866,6 | -17,5% | 1.639,3 |
| Resultado bruto | 340,7 | 478,5 | -28,8% | 432,1 |
| -margem bruta | 22,1% | 25,6% | -3,5p.p. | 26,4% |
| Resultado Operacional (antes dos JSCP) | 86,3 | 79,9 | 8,0% | 137,6 |
| - margem operacional | 5,6% | 4,2% | 1,4p.p. | 8,4% |
| Lucro líquido | 53,7 | 62,3 | -13,8% | 106,2 |
| -margem líquida | 3,5% | 3,3% | 0,2p.p. | 6,5% |
| EBITDA | 221,4 | 258,7 | -14,4% | 287,5 |
| -margem EBITDA | 14,4% | 13,9% | 0,5p.p. | 17,5% |

O resultado operacional, antes dos juros sobre o capital próprio, totalizou R\$ 86,3 milhões, com um acréscimo de 8% em relação ao ano anterior. A melhora no resultado foi decorrente do forte controle das despesas operacionais principalmente comerciais, administrativas e P&D. Sua participação na receitas líquida de vendas foi de 12%, 4 p.p. menor que em 2008 (e de 15,9% e 3,9 p.p, respectivamente, menor em relação a 2007).

Desempenho Operacional medido pelo EBITDA

O desempenho operacional consolidado medido pelo EBITDA em 2009 foi de R\$ 221,4 milhões, representando um decréscimo de 14,4%, quando comparado com o total de R\$ 258,7 milhões obtidos em 2008 (R\$ 287,5 milhões em 2007). Entretanto, a margem do EBITDA em 2009 foi de 14,4%, representando um acréscimo de 0,5 p.p. em relação ao ano anterior (e queda de 3,1 p.p em relação a 2007).

Margem EBITDA

| 1º trim.09 | 2º trim.09 | 3º trim.09 | 4º trim.09 | 2009 | 2008 | 2007 |
|------------|------------|------------|------------|--------------|--------------|--------------|
| 5,7% | 10,4% | 18,9% | 20,1% | 14,4% | 13,9% | 17,5% |

Lucro Líquido em 2009

A Companhia obteve um lucro líquido de R\$ 53,7 milhões. Esse resultado deve-se ao desempenho obtido no segundo semestre, que possibilitou reverter o resultado negativo apurado nos primeiros seis meses do ano, comentados abaixo.

1º semestre – Prejuízo líquido de R\$ 31,5 milhões, registrando queda no volume de vendas e produção, no mercado interno e externo, principalmente nos segmentos de veículos pesados e máquinas agrícolas, altos níveis de estoques de veículos no início do ano, bem como os efeitos do resultado nas operações com instrumentos financeiros em função da desvalorização da moeda nacional e da queda nos preços das commodities.

2º semestre – Lucro líquido de R\$ 85,1 milhões, em consequência das medidas extraordinárias adotadas pela Companhia, visando amenizar os efeitos da crise global já comentadas anteriormente; da adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS previsto na Lei 11.941/09 (parcelamento de débitos tributários e redução significativa de multas e juros) que geraram impactos positivos no resultado; da recuperação nos mercados em que a Companhia atua; e em relação aos contratos com instrumentos financeiros derivativos, através da valorização da moeda nacional e subida gradual nos preços das commodities.

Lucro Líquido em 2008

Face às condições econômicas e financeiras registradas no último trimestre de 2008 que afetaram substancialmente os resultados da controladora e de suas controladas principalmente quanto aos efeitos financeiros de suas operações, o exercício de 2008 apresentou um lucro líquido de R\$ 62,3 milhões, registrando uma redução de R\$ 43,9 milhões em relação a 2007.

Lucro líquido em 2007

O lucro líquido do exercício de 2007 foi de R\$ 106,2 milhões, tendo contribuído para formação desse resultado o crescimento no volume de vendas, o resultado da equivalência patrimonial nos investimentos em empresas controladas no Brasil e no exterior, e o crédito fiscal referente a processo de trânsito em julgado no exercício de 2007, que gerou um aumento de 5,5% em relação ao resultado de 100,7 milhões de 2006.

R\$ milhões

| ATIVO | 31/dez/09 | | 31/dez/08 | | 09 x 08 | 31/dez/07 | |
|--|----------------|--------------|----------------|--------------|--------------|----------------|--------------|
| | | % | | % | | | % |
| CIRCULANTE | | | | | | | |
| Disponibilidades e valores equivalentes | 168,3 | 12,3 | 163,8 | 10,0 | 2,7 | 77,9 | 6,6 |
| Contas a receber de clientes e partes relacionadas | 265,7 | 19,5 | 269,7 | 16,5 | -1,5 | 257,2 | 21,6 |
| Estoques | 192,4 | 14,1 | 288,1 | 17,6 | -33,2 | 199,9 | 16,8 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 23,5 | 1,7 | 96,7 | 5,9 | -75,7 | 10,1 | 0,8 |
| Outras contas a receber | 71,3 | 5,2 | 79,9 | 4,9 | -10,8 | 55,7 | 4,7 |
| | 721,2 | 52,8 | 898,2 | 55,0 | -19,7 | 600,8 | 50,5 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | | | |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 69,4 | 5,1 | 87,3 | 5,3 | -20,5 | 60,7 | 5,1 |
| PERMANENTE | | | | | | | |
| Investimentos | 0,4 | 0,0 | 0,4 | 0,0 | 0,0 | 0,4 | 0,0 |
| Imobilizado | 454,8 | 33,3 | 514,3 | 31,5 | -11,6 | 433,6 | 36,5 |
| Intangível e Diferido | 119,2 | 8,7 | 132,9 | 8,1 | -10,3 | 93,8 | 7,9 |
| | 574,4 | 42,1 | 647,6 | 39,7 | -11,3 | 527,8 | 44,4 |
| TOTAL DO ATIVO | 1.365,0 | 100,0 | 1.633,1 | 100,0 | -16,4 | 1.189,3 | 100,0 |

Contas a receber e Partes relacionadas

O saldo total de contas a receber de terceiros e de partes relacionadas, desconsiderando os saques descontados e as provisões para devedores duvidosos, apresentou redução de 1,5% (e um acréscimo de 3,3% em relação a 2007). Essa redução em 2009 foi decorrente da queda nas vendas no mercado externo. O aumento do contas a receber de terceiros no mercado interno ocorreu em função do reaquecimento da economia, com acréscimo nas vendas apresentado no último trimestre de 2009, comparado ao fraco desempenho ocorrido no mesmo período do ano anterior, período fortemente atingido pela crise.

Estoques

Os estoques no consolidado montam a R\$ 192,4 milhões, apresentando redução de 33,2%, em 31 de dezembro de 2009, em relação ao igual período de 2008 (e redução de 3,8% em relação a 2007). Essa redução foi causada pelo ajuste de estoques aos níveis de produção. Embora a base de comparação ficou comprometida devido ao alto nível de estoques em toda a cadeia produtiva em 2008, em decorrência da redução de vendas no último trimestre do ano, no auge da crise global.

Ativo imobilizado

Os investimentos no ativo imobilizado em 2009 no consolidado totalizaram R\$ 36,0 milhões (R\$ 137,3 milhões em 2008 e R\$ 143,1 milhões em 2007). Os recursos tiveram o seguinte foco: novos produtos, ferramentais, qualidade,

pesquisa e desenvolvimento, tecnologia da informação e meio ambiente. A depreciação acumulada no mesmo período foi de R\$ 73,4 milhões.

Os investimentos em 2008 no consolidado totalizaram o montante de R\$ 137,3 milhões e foram destinados aos seguintes projetos: pesquisa e desenvolvimento; aumento da capacidade; qualidade; intangíveis; novos projetos (customer projects); aquisição dos negócios de distribuição de pistões, cilindros e aftermarket na Argentina; investimentos em companhias controladas; e aquisição do controle acionário da empresa Forjas Brasileiras S.A. Indústria Metalúrgica. Em 2007 os investimentos no consolidado totalizaram o montante de R\$ 143,1 milhões e foram destinados aos seguintes projetos: qualidade; aumento de capacidade; modernização das operações; em pesquisa e desenvolvimento; e no novo Centro Tecnológico na cidade de Jundiaí.

R\$ milhões

| PASSIVO | 31/dez/09 | | 31/dez/08 | | 09 x 08 | | 31/dez/07 | |
|---|----------------|--------------|----------------|--------------|--------------|---|----------------|--------------|
| | | % | | % | | % | | % |
| CIRCULANTE | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 92,2 | 6,8 | 426,8 | 26,1 | -78,4 | | 243,9 | 20,5 |
| Fornecedores (terceiros e partes relacionadas) | 74,3 | 5,4 | 98,3 | 6,0 | -24,4 | | 91,9 | 7,7 |
| Perdas não realizadas com instrumentos financeiros derivativos | 2,7 | 0,2 | 232,7 | 14,2 | -98,8 | | 18,5 | 1,6 |
| Juros sobre o capital próprio a pagar e dividendos | 44,4 | 3,3 | 23,8 | 1,5 | 86,6 | | 47,4 | 4,0 |
| Provisões diversas | 32,1 | 2,4 | 51,0 | 3,1 | -37,1 | | 22,4 | 1,9 |
| Outras contas a pagar | 93,9 | 6,9 | 87,6 | 5,4 | 7,2 | | 89,3 | 7,5 |
| | 339,6 | 24,9 | 920,2 | 56,3 | -63,1 | | 513,4 | 43,2 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 328,0 | 24,0 | 130,8 | 8,0 | 150,8 | | 72,4 | 6,1 |
| Provisão para garantias e para contingências e obrigações legais vinculadas a processos judiciais | 103,5 | 7,6 | 110,6 | 6,8 | -6,4 | | 81,1 | 6,8 |
| Outros | 17,2 | 1,3 | 14,8 | 0,9 | 16,2 | | 2,6 | 0,2 |
| | 448,7 | 32,9 | 256,2 | 15,7 | 75,1 | | 156,1 | 13,1 |
| Participação dos acionistas não controladores | 15,1 | 1,1 | 10,1 | 0,6 | 49,5 | | 8,3 | 0,7 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | | | | |
| Capital social | 352,8 | 25,8 | 352,8 | 21,6 | 0,0 | | 352,8 | 29,7 |
| Reserva lucros | 214,0 | 15,7 | 193,3 | 11,8 | 10,7 | | 158,7 | 13,3 |
| Ajustes de títulos e valores mobiliários | (0,8) | -0,1 | (109,5) | -6,7 | 0,0 | | - | 0,0 |
| Ajustes acumulados de conversão | (4,4) | -0,3 | 10,0 | 0,6 | 0,0 | | - | 0,0 |
| | 561,6 | 41,1 | 446,6 | 27,3 | 25,8 | | 511,5 | 43,0 |
| TOTAL DO PASSIVO | 1.365,0 | 100,0 | 1.633,1 | 100,0 | -16,4 | | 1.189,3 | 100,0 |

Endividamento

O endividamento líquido consolidado totalizou R\$ 251,9 milhões em 31 de dezembro de 2009, com redução de 38,5% em relação aos R\$ 409,6 milhões registrados em 2008 (R\$ 273,8 milhões em 2007). Essa queda no endividamento foi decorrente dos esforços da Companhia de otimização de capital de giro, bem como de um programa agressivo de redução de custos e de investimentos, em resposta à retração na produção e vendas provocada pela crise global.

| R\$ milhões | | | |
|--|--------------|--------------|--------------|
| Exigibilidades | 31.12.09 | 31.12.08 | 31.12.07 |
| Financiamentos | 420,2 | 557,6 | 316,3 |
| Cambiais descontadas | - | 15,8 | 35,4 |
| Ativos | | | |
| Caixa/ bancos/ aplicações financeiras | 168,3 | 163,8 | 77,9 |
| Endividamento líquido | 251,9 | 409,6 | 273,8 |

Em 2009, os financiamentos totalizaram R\$ 420,2 milhões, sendo 22% de curto prazo e 78% de longo prazo (em 2008 e 2007, 77% e 23%, respectivamente, conforme o quadro abaixo). Esse alongamento nos prazos de vencimento dos financiamentos foi decorrente de renegociações junto às instituições financeiras no terceiro trimestre de 2009.

A política promovida pelo governo federal, através dos bancos oficiais, de aumentar a liquidez na economia através de linhas de crédito de longo prazo, com custos competitivos, permitiu que no terceiro trimestre a Companhia alterasse completamente o perfil de seu endividamento, tendo encerrado o exercício com índice de liquidez corrente de 2,12 (0,98 em 31.12.2008 e 1,17 em 31.12.2007).

| | Composição do Endividamento (%) | |
|------------|--|-------------|
| | Curto Prazo | Longo Prazo |
| 31.12.2007 | 77 | 23 |
| 31.12.2008 | 77 | 23 |
| 31.12.2009 | 22 | 78 |

Fornecedores

O saldo da conta fornecedores e partes relacionadas no consolidado foi de R\$ 74,3 milhões, em 31 de dezembro de 2009, apresentando redução de 24,4% em relação aos R\$ 98,3 milhões do mesmo período do ano anterior (R\$ 91,9 milhões em 2007). Essa queda em 2009, em comparação a 2008, foi decorrente do baixo nível de produção em face da demanda reprimida.

Perdas não realizadas com derivativos

Apresenta saldo consolidado em 2009 de R\$ 2,7 milhões, com queda expressiva em relação aos R\$ 232,7 milhões apurados em 2008 (R\$ 18,5 milhões em 2007),

onde foram contratadas operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de assegurar as exportações e importações, bem como os preços das commodities, com base no plano econômico projetado para 2009. Parte dessas operações em função da crise econômica se demonstraram excessivas e foram provisionadas contra o resultado do exercício em 31 de dezembro de 2008. Os valores provisionados referentes às operações de hedging efetivo (hedge de fluxo de caixa) foram provisionadas e registradas em contrapartida no Patrimônio Líquido. Em 2009 a Companhia alterou a sua política de hedging e tais efeitos negativos não se repetiram nesse exercício.

Provisões

As provisões registradas no consolidado, em 31 de dezembro de 2009, foram de R\$ 135,6 milhões, apresentando uma queda de 16,1% em relação aos R\$ 161,6 milhões em 31.12.08 (R\$ 103,5 milhões em 31.12.07), principalmente em função da redução da provisão para perdas futuras. A composição das provisões em 31.12.09 é a seguinte: R\$ 32,1 milhões de curto prazo e de R\$ 103,5 milhões de longo prazo.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os comentários sobre o comportamento das vendas aos mercados interno e externo referentes ao ano de 2009 encontram-se mencionados no item 10.1.h. Na tabela abaixo está demonstrada a composição das vendas por segmento operacional.

R\$ mil

| Segmentos operacionais | 2009 | 2008 | % 2009 x 2008 | 2007 |
|-------------------------------|------------------|------------------|--------------------------|------------------|
| Componentes de motores | 1.415.334 | 1.752.120 | -19,2% | 1.546.935 |
| Filtros automotivos | 88.090 | 75.026 | 17,4% | 67.111 |
| Outros | 36.157 | 39.485 | -8,4% | 25.311 |
| Total | 1.539.581 | 1.866.631 | -17,5% | 1.639.357 |

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Vide detalhes no item 10.1.h.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A variação na receita líquida de vendas da Companhia em 2009 foi atribuível aos seguintes fatores:

No mercado interno a queda nas vendas está associada à redução na produção de veículos de linha leve no início do ano. A partir do segundo semestre houve reaquecimento do setor automotivo, beneficiado pela prorrogação da redução da alíquota do IPI. No segmento de peças para reposição houve uma reação expressiva nas vendas a partir de meados do ano, em decorrência do aquecimento na economia do país e dos programas do Governo de apoio à aquisição de bens de capital usado.

O mercado externo apresentou reduções de 38,8% no mercado de equipamento original e de 23,8% no mercado de peças para reposição quando analisada em reais, e em dólares norte-americanos, apresentou uma queda de 43,7%, em função dos processos recessivos nas principais economias e em importantes mercados de atuação da Companhia, especialmente NAFTA e União Européia.

A variação na receita líquida de vendas da Companhia em 2008 foi atribuível aos seguintes fatores:

A receita líquida de vendas consolidada em 2008 foi de R\$ 1.866,6 milhões, com aumento de 13,9% quando comparada ao exercício de 2007, dos quais 9,4% se deve às novas aquisições, entre as quais: a aquisição dos negócios de distribuição de pistões, cilindros e aftermarket na Argentina, e a consolidação da MAHLE HIRSCHVOGEL FORJAS S.A., empresa especializada em tecnologia de produtos forjados, o que possibilitou o desenvolvimento e a oferta de novos produtos forjados junto às montadoras. O restante do aumento da receita líquida de vendas decorre do crescimento de vendas ao longo dos primeiros nove meses de 2008. Após esse período,

houve um recuo expressivo nas vendas domésticas em decorrência da retração econômica causada pela crise global.

A variação na receita líquida de vendas da Companhia em 2007 foi atribuível aos seguintes fatores:

Em 2007 a receita líquida de vendas atingiu R\$ 1.639,4 milhões no consolidado e R\$ 1.470,6 milhões na controladora, com aumento de 9,1% e 4,2%, respectivamente, comparado ao exercício de 2006, atribuindo boa parte dessa receita ao mercado interno, tanto de equipamento original quanto de peças de reposição, em função do ritmo de expansão da economia brasileira, ocorrido ao longo do ano. Esse crescimento deve-se também ao incremento no portfólio da companhia com a nova fábrica na Argentina, MAHLE Válvulas de Argentina S.A. (nome atual de Establecimientos Metalúrgicos Edival), fabricante de válvulas, guias e sede de válvulas, adquirida em março de 2007, o que elevou a companhia a ocupar mais um importante espaço estratégico na conquista de novos mercados e clientes. Essa empresa gerou uma receita líquida de aproximadamente R\$ 59,5 milhões no período de março a dezembro de 2007.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os impactos dessas variáveis existem, porém a Companhia busca de forma permanente o aprimoramento de seus processos produtivos, logísticos e administrativos a fim de realizar ganhos de produtividade e demais sinergias para absorver os efeitos dessas variáveis. Adicionalmente, para minimizar esses efeitos, a Companhia quando possível mantém contratos de fornecimento com cláusulas de reajuste de preços e operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para reduzir sua exposição a riscos financeiros, principalmente, de taxa câmbio e decorrentes da mudança de preços de commodities de materiais metálicos empregados na fabricação de seus produtos.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações contábeis do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4. Os diretores devem comentar :

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007 e 3 de dezembro de 2008, foram promulgadas a Lei nº 11.638 e Medida Provisória nº 449, convertida na Lei nº 11.941/09, que alteram, revogam e introduzem novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entrou em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2008. O objetivo foi de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis, por meio de endosso dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Em 17 de dezembro de 2008 foi emitida a Deliberação CVM nº 565, aprovando o Pronunciamento Técnico CPC 13, que trata da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09. A Companhia e suas controladas com base no item 10 (a) do referido pronunciamento optaram pela data de transição de 1º de janeiro de 2008, desta forma, não alterando as demonstrações contábeis anteriores decorrentes desta mudança de prática contábil.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A mudança significativa de práticas contábeis ocorrida a partir de 1º de janeiro de 2008, que afetou a Companhia e suas controladas foi o ajuste decorrente de reconhecimento, mensuração e evidenciação de instrumentos financeiros,

conforme Orientação Técnica OCPC 03, que trouxe mais detalhamentos sobre o Pronunciamento Técnico CPC 14, revogado. O montante do ajuste decorrente das movimentações do exercício de 2008 da Companhia e suas controladas que impactou a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido foi de R\$ 109.477, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos. Em 31 de dezembro de 2007, o ajuste não foi relevante.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis de 2009 e 2008 estão descritas a seguir:

a. Estimativas Contábeis

O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Estimativas e premissas são utilizadas na seleção de vida útil do ativo imobilizado e na análise de sua recuperabilidade nas operações, na análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como na análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e garantias, e na avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos na data do balanço.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

b. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

c. Disponibilidades e valores equivalentes

Incluem os saldos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

d. Contas a receber de clientes e partes relacionadas

São registradas ao valor presente. Pelo fato de Contas a Receber ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas dos balanços.

e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas e seu montante é considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

f. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, o qual é inferior aos valores de reposição ou de realização.

g. Investimentos

Os investimentos em empresas controladas no Brasil e no exterior são avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nos respectivos patrimônios líquidos apurados na mesma data.

As demonstrações contábeis das controladas com sede no exterior são convertidas para reais utilizando-se os seguintes critérios:

- Contas ativas e passivas pela taxa de câmbio de fechamento.
- Contas específicas no patrimônio líquido pela taxa histórica das transações ou movimentações.
- Contas de resultado pela taxa de câmbio média de cada mês.

As variações cambiais existentes nas demonstrações contábeis das controladas com sede no exterior convertidas para reais são lançadas na rubrica específica do patrimônio líquido na Companhia de "Ajustes acumulados de conversão". A realização destes ajustes de variações cambiais ocorre com a realização do investimento, ou seja: recebimento de dividendos, alienação, perecimento.

Tais demonstrações contábeis são adaptadas, quando aplicável, às práticas contábeis adotadas no Brasil.

h. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando-se taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, conforme abaixo:

| | |
|---|---------------|
| <i>Edifícios e Construções</i> | <i>4%</i> |
| <i>Máquinas, Equipamentos e instalações</i> | <i>10-20%</i> |
| <i>Móveis e Utensílios</i> | <i>10%</i> |
| <i>Bens de Transporte</i> | <i>10-20%</i> |

i. Intangível

Os ágios foram apurados em aquisições de participações societárias, fundamentados na rentabilidade futura dos investimentos. Esses ágios são decorrentes da diferença entre o valor de aquisição e o valor do patrimônio líquido das controladas, apurado na data de aquisição, e estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, com base na projeção de resultados da

respectiva investida, determinados utilizando o critério de fluxo de caixa descontado, para um período de cinco anos.

Esses ágios não são amortizados pela fundamentação de vida útil infinita, e anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade do ágio sobre investimentos, utilizando para tanto, práticas consideradas de mercado, principalmente, o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado.

Os gastos com aquisição e instalação de softwares e ágios na incorporação de controladas (transferência de tecnologia) são capitalizados de acordo com os benefícios econômicos futuros que fluirão para a Companhia e suas controladas e amortizados utilizando-se a taxa de 20% ao ano e os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos.

As marcas e patentes são demonstradas pelo custo histórico de formação.

j. Despesas com desenvolvimento de tecnologia e produtos

Os gastos com desenvolvimento de tecnologia e produtos, bem como outros gastos incorridos com novos produtos são registrados como despesas operacionais. Aqueles relacionados a gastos com desenvolvimento de novos produtos atrelados ao benefício futuro até 31 de dezembro de 2007 foram registrados no ativo diferido e amortizados pelo prazo máximo de dez anos.

k. Avaliação de recuperação de ativos – Imobilizado, Intangível, Diferido e outros ativos

Os bens do imobilizado, intangível, diferido e, quando aplicável, outros ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação destes ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Ressaltando que independente da não existência desses indícios mencionados acima, para o Intangível, a Companhia efetua a avaliação de Impairment anualmente.

Quando aplicável, quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do período, não podendo ser revertida quando for relacionada a intangíveis.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

l. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo, acrescido dos rendimentos e das variações monetárias auferidas, quando aplicáveis, e deduzidos de provisão para refletir o valor de realização, quando necessário.

m. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços.

n. Passivos

Reconhecidos no balanço a valor justo quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou como resultado de eventos passados, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-los. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o. Tributação

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

| | Estado de São Paulo | Outros Estados |
|--------|------------------------|-------------------|
| ICMS | 18% | 7% ou 12% |
| IPI | 4% a 16% | 4% a 16% |
| PIS | 1,65% | 1,65% |
| Cofins | 7,60% | 7,60% |
| ISS | 2% a 5% | 2% a 5% |

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/Cofins são apresentados reduzindo o custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos tributários diferidos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. São determinados usando as alíquotas de imposto promulgadas na data do balanço e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

O imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo são reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, na extensão em que a sua realização seja provável. O imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais acumulados não possui prazo de prescrição, porém a sua

compensação é limitada em anos futuros em até 30% do montante do lucro tributável de cada exercício.

O imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido possam ser usadas.

Os montantes de imposto de renda e contribuição social - diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos no ativo e passivo se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

p. Derivativos

Para proteger o saldo de exposição cambial das contas a receber e a pagar em moeda estrangeira da Companhia e suas controladas às variações nas taxas de câmbio, e nas oscilações nos preços das matérias-primas níquel, cobre, alumínio e estanho, a Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos. Esses instrumentos consistem substancialmente de operações de venda e compra de contratos a termo de moedas.

Os derivativos são reconhecidos e mensurados inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento e mensuração inicial, os derivativos são mensurados novamente e as alterações são contabilizadas no resultado, exceto nas circunstâncias descritas abaixo para contabilização de operações de hedge.

Hedge é a designação de um ou mais contratos com instrumentos financeiros derivativos realizados com terceiros, com o objetivo de compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no fluxo de caixa ou no valor justo de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

Hedge de fluxo de caixa

É o hedge da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que podem impactar o resultado da entidade, como no caso das provisões sobre os itens a serem protegidos, dos quais se destacam: operações sobre contas a receber e a pagar, vendas a serem realizadas, e commodities a serem adquiridas. As alterações no valor justo do instrumento derivativo como hedge de fluxo de caixa são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, na medida em que o hedge é considerado efetivo. Se o hedge não for considerado efetivo, as alterações do valor justo são consideradas no resultado. O ganho ou perda acumulado no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial” é realizado ao mesmo tempo em que o item protegido de hedge realizar no resultado, ou quando o critério para a contabilização de hedge é descontinuado.

Hedge de valor justo

É o hedge da exposição às mudanças no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido (i.e., contabilizado) quando o reconhecimento do valor justo desse instrumento se confronta com os efeitos contábeis desse ativo ou passivo, por exemplo, no caso das liquidações com efeito caixa sobre os itens que foram protegidos, entre os quais: operações sobre contas recebidas e pagas, vendas realizadas, commodities adquiridas e empréstimos liquidados. Valor justo é o preço pelo qual um instrumento financeiro poderia ser negociado na data de encerramento das demonstrações contábeis, ou seja, é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em transação em que não há favorecidos. As alterações no valor justo do instrumento derivativo como hedge de valor justo são reconhecidas diretamente no resultado. O item protegido também é mensurado pelo valor justo em relação ao risco a ser coberto. O ganho ou perda atribuível ao risco coberto é reconhecido no resultado e ajustam o valor do item protegido.

g. Lucro líquido por ação emitida

Calculado com base na quantidade de ações emitidas, excluindo as ações em tesouraria, quando aplicável, nas datas dos balanços.

r. Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios básicos de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e normas da Comissão de Valores Mobiliários e apresentam os saldos das contas de todas as suas empresas controladas. A consolidação incorpora as contas totais de ativos, passivos e resultados e distingue a participação de acionistas não controladores no balanço patrimonial e na demonstração do resultado consolidados, correspondente ao percentual de participação nas controladas.

O processo de consolidação contempla a eliminação dos investimentos proporcionalmente à participação da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, dos saldos das contas patrimoniais, resultados não realizados nos estoques e das receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

Destacamos abaixo as empresas consolidadas:

| | Participação no capital total (%) | | | |
|--|-----------------------------------|----------|--------|----------|
| | 2009 | | 2008 | |
| | Direta | Indireta | Direta | Indireta |
| MAHLE Metal Leve Miba Sinterizados Ltda. | 70 | - | 70 | - |
| MAHLE Argentina S.A. (antiga Establecimientos Metalúrgicos Edival S.A.) (exterior) | 98,16 | 1,84 | 96 | 4 |
| MAHLE Filtroil Ind. e Com. de Filtros Ltda. | 60 | - | 60 | - |
| MAHLE Metal Leve GmbH (exterior) | 100 | - | 100 | - |
| MAHLE Metal Leve International NV (exterior) | - | 100 | - | 100 |
| MAHLE HIRSCHVOGEL FORJAS S.A. | 51 | - | 49,77 | - |

Conversão das demonstrações contábeis das controladas no exterior

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados e todas as demais movimentações de ativos, passivos e transações envolvendo o patrimônio líquido e resultado são convertidas para reais à taxa de câmbio.

s. Reclassificações nas demonstrações contábeis anteriores

As demonstrações contábeis da Companhia (controladora e consolidado) do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas conjuntamente com as demonstrações contábeis de 2009, foram reclassificadas para garantir uma melhor

comparabilidade das informações contábeis e financeiras, entretanto sem impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis anteriores.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações contábeis confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os exames de auditoria externa compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, não sendo constatada, falhas ou imperfeições nos sistemas de controles internos que viessem a comprometer a confiabilidade dos dados financeiros apresentados ao mercado.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve recomendações de controles internos e/ou deficiências que fossem consideradas relevantes e que pudessem impactar as Demonstrações Contábeis.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar :

A Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários, portanto, todos os sub itens não são aplicáveis.

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis do emissor, indicando :

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não aplicável.

- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não aplicável.

- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não aplicável

- iv. contratos de construção não terminada**

Não aplicável.

- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não aplicável.

- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis**

Não aplicável.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações contábeis indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações contábeis do emissor**

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos previstos e em andamento se referem a novos produtos e processos, racionalização da produção, máquinas e equipamentos, qualidade, ferramentais e diversos. Os investimentos previstos no ativo imobilizado demandarão recursos da ordem de R\$ 58,4 milhões em 2010, os quais serão submetidos para aprovação na próxima Assembléia Geral Ordinária.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Vide item 10.1.e.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Os projetos de pesquisa são focados principalmente no desenvolvimento de novos produtos, materiais e coberturas que atendam as crescentes solicitações em motores de combustão interna como aumento do carregamento, redução de atrito e emissões. Para o produto bronzinas, um forte esforço visou o desenvolvimento de coberturas isentas de chumbo. Quanto a filtros, um desenvolvimento recente de sucesso foi o de “filtros ecológicos” que não exige mais a necessidade de se substituir e eliminar como resíduo o filtro de óleo e de combustível por completo. A carcaça do filtro ecológico permanece no motor durante toda a vida útil deste. Somente se substitui o elemento filtrante de papel. O elemento filtrante é substituído facilmente depois de usado e pode ser destruído por incineração.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

R\$ 10,4 milhões em 2009.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia introduziu uma série de novos produtos junto a seus clientes, em especial pode-se destacar pistões de baixo atrito, filtros ecológicos e válvulas com recirculação de gás de exaustão (EGR), os 3 agraciados com prêmios da Associação da Engenharia Automotiva (AEA) em 2009.

Foram iniciados em forma de projetos estruturados em 2009, em parceria com universidades, fornecedores e clientes estudos de tribologia em motores flex, utilização de combustíveis alternativos, assim como estudos com diferentes tecnologias de motores – como Injeção direta. Novos produtos foram lançados, tais como: Anel de Cromo com nano partículas de CBN (Nitreto Cúbico de Boro) o qual aumenta a vida útil de motores diesel é um dos exemplos de integração entre as áreas de desenvolvimento, vendas, e processo fabril.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

R\$ 27,5 milhões em 2009.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não aplicável.

C.4) Parecer dos auditores independentes

Conforme informações disponíveis, a partir de 30/03/2010 no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), da BM&F BOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e no site da Companhia (www.mahle.com.br) selecionando-se a opção “Relações com Investidores”.

C.5) Parecer do Conselho Fiscal

Conforme informações disponíveis, a partir de 30/03/2010 no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), da BM&F BOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e no site da Companhia (www.mahle.com.br) selecionando-se a opção “Relações com Investidores”.

C.6) Formulário de demonstrações financeiras padronizadas - DFP

Conforme informações disponíveis, a partir de 30/03/2010 no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), da BM&F BOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e no site da Companhia (www.mahle.com.br) selecionando-se a opção “Relações com Investidores”.

C.7) Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo as informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução 481 da CVM.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2009

Na RCA de 22/03/2010 foram aprovadas as demonstrações contábeis do exercício de 2009, destacando-se o lucro líquido e a seguinte proposta de destinação para o exercício social de 2009: a) lucro líquido do exercício de 2.009: R\$ 53.650 mil; b) reserva legal: destinação de 5 % do lucro líquido, ou seja, R\$ 2.683 mil; c) juros sobre o capital próprio, líquidos de imposto de renda, imputados aos dividendos pagos em dezembro de 2009, no montante bruto de R\$ 32.913 mil; e, d) retenção de lucros: o saldo de R\$ 18.054 mil deverá ser retido na Companhia em conta de reserva para expansão e modernização, em face de investimentos futuros.

Portanto, a Administração da Companhia propõe aos acionistas em Assembléia Geral Ordinária a seguinte destinação do lucro líquido do exercício:

| | |
|--|------------------------|
| | <u>2009</u> |
| Lucro líquido do exercício | 53.650 |
| Reservas de lucros: | |
| Legal | (2.683) |
| Distribuição de lucros: | |
| Juros sobre o capital próprio | <u>(32.913)</u> |
| Total | <u><u>18.054</u></u> |
| Saldo proposto para ser transferido à conta específica de Reserva para expansão e modernização | <u><u>(18.054)</u></u> |

Em cumprimento ao disposto no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, seguem as informações complementares:

C.7.1) Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício 2009 consolidado foi de R\$ 53.650 mil (cinquenta e três milhões, seiscentos e cinquenta mil reais).

C.7.2) Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global dos juros sobre o capital próprio, imputados ao dividendo obrigatório declarado antecipadamente por conta do exercício de 2009, é de R\$ 32.913 mil (valor bruto), correspondentes a R\$ 1,019823 por ação ordinária e de R\$ 1,121805 por ação preferencial, e ao valor líquido de R\$ 0,866849 por ação ordinária e R\$ 0,953534 por ação preferencial, já deduzido o Imposto de Renda na Fonte, a alíquota de 15%.

C.7.3) Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O montante distribuído de juros sobre o capital próprio aos acionistas referente ao item acima representou 64,5% do lucro líquido disponível (após a retenção da reserva legal).

C.7.4) Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Nos exercícios sociais de 2007, 2008 e 2009, o montante global líquido efetivamente pago aos acionistas e o valor por ação de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio distribuídos são os seguintes:

| | 2009 | 2008 | 2007 |
|--------------------------------------|----------|----------|----------|
| Montante global líquido (R\$/mil) | 28.558 | 27.695 | 34.093 |
| Quantidade de ações (mil) | 30.454 | 30.454 | 30.454 |
| Valor por ação dos dividendos/juros: | 0,937742 | 0,909404 | 1,119491 |

C.7.5) Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

A próxima AGO de acionistas irá deliberar a ratificação dos dividendos já pagos, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio, efetuados no exercício de 2009, portanto, os subitens seguintes não são aplicáveis.

- a. **O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Não aplicável.

- b. **A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável.

- c. **Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não aplicável.

- d. **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

Não aplicável.

C.7.6) Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a. **Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Não aplicável.

- b. **Informar a data dos respectivos pagamentos**

Não aplicável.

C.7.7) Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

| | 2009 | 2008 | 2007 | 2006 |
|----------------------------------|------------|------------|-------------|-------------|
| Lucro líquido do exercício (mil) | R\$ 53.650 | R\$ 62.256 | R\$ 106.174 | R\$ 100.701 |
| Quantidade de ações (mil) | 30.454 | 30.454 | 30.454 | 30.454 |
| Lucro líquido por ação | R\$ 1,76 | R\$ 2,04 | R\$ 3,49 | R\$ 3,31 |

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

| Proventos em Dinheiro | Deliberado em | Negócios com Direito até | Valor Ordinárias (R\$) | Valor Preferenciais (R\$) | Relativo a | Início de Pagamento |
|-----------------------|---------------|--------------------------|------------------------|---------------------------|------------|---------------------|
| Juros (*) | 15/12/2009 | 15/12/2009 | 1,019823 | 1,121805 | 2009 | 23/12/2009 |
| Juros (*) | 28/11/2008 | 28/11/2008 | 0,990471 | 1,089518 | 2008 | 22/12/2008 |
| Dividendo | 30/04/2008 | 30/04/2008 | 0,309857 | 0,340843 | 2007 | 20/05/2008 |
| Juros (*) | 04/12/2007 | 04/12/2007 | 0,863453 | 0,949799 | 2007 | 20/12/2007 |
| Dividendo | 26/04/2007 | 26/04/2007 | 0,619715 | 0,681686 | 2006 | 22/05/2007 |

(*) valor bruto por ação.

C.7.8) Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado à reserva legal é de R\$ 2.683 mil (dois milhões, seiscentos e oitenta e três mil reais).

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Conforme Art. 30, III do Estatuto Social da Companhia: “O lucro líquido apurado será distribuído na seguinte ordem: a. 5% (cinco por cento) na constituição da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social.”

C.7.9) Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

As ações preferenciais terão prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, ficando-lhes assegurado o direito à distribuição de dividendos de valor superior a 10% (dez por cento), no mínimo aos que forem atribuídos às ações ordinárias. Veja item 10 a seguir.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Sim.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Vide o item C.7.2.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Vide o itens C.7.2, C.7.3 e C.7.10b.

C.7.10) Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

"(...) ARTIGO 6º - Observado o disposto no artigo 7º, as ações preferenciais terão prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, ficando-lhes ainda assegurado o direito à distribuição de dividendos de valor superior a 10% (dez por cento), no mínimo aos que forem atribuídos às ações ordinárias.

(...)

ARTIGO 7º - Ao conjunto de acionistas, titulares de ações de qualquer espécie, será sempre atribuído, em cada exercício, um dividendo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, respeitado o disposto no artigo 6º "in fine" deste estatuto social, depois de diminuído ou acrescido dos valores previstos no "caput" do artigo 202 da Lei 6.404/76.

PARÁGRAFO ÚNICO – O valor dos juros pagos ou creditados, a título de capital próprio, nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º da Lei 9.249/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao valor do dividendo obrigatório e dividendo estatutário das ações preferenciais, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais.

(...)

ARTIGO 30 - No encerramento do exercício social serão levantadas as demonstrações financeiras exigidas em lei, observando-se, quanto à distribuição do resultado apurado, as seguintes regras:

I) - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

II) Com base nos lucros remanescentes e respeitadas as disposições legais, serão calculadas nesta ordem:

(a) a participação global dos empregados, competindo à Diretoria estabelecer quais os empregados que perceberão participação e o quantum atribuído a cada um deles;

(b) a participação global dos administradores, que será dividida entre eles por deliberação do Conselho de Administração, observado o disposto no artigo 152, parágrafo primeiro, da Lei 6404/76;

III) O lucro líquido apurado será distribuído na seguinte ordem:

(a) 5% (cinco por cento) na constituição da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social;

(b) constituição de outras reservas, previstas em lei, e

(c) atribuição do dividendo aos acionistas, respeitado o estatuído nos artigos 6º e 7º deste Estatuto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Além do dividendo declarado à conta de lucro apurado em cada balanço semestral, o Conselho de Administração poderá, igualmente, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço semestral, bem como determinar o levantamento de balanço trimestral e conseqüente distribuição de

dividendos, respeitado, nesta última hipótese, o disposto no artigo 204, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O montante dos dividendos será posto à disposição dos acionistas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data em que forem atribuídos e, em qualquer hipótese, dentro do exercício social em curso.”

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O montante distribuído de dividendos sob a forma de juros sobre o capital próprio aos acionistas referente ao exercício social de 2009 representou 64,5% do lucro líquido daquele exercício, portanto, superior a 25% do lucro líquido ajustado, conforme o Estatuto Social da Companhia.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção de dividendo obrigatório.

C.7.11) Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

C.7.12) Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não houve destinação para essa reserva.

a. Identificar o montante destinado à reserva

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

- c. **Explicar porque a perda foi considerada provável**
- d. **Justificar a constituição da reserva**

C.7.13) Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não houve destinação para essa reserva.

- a. **Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**
- b. **Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

C.7.14) Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não houve destinação para essa reserva.

- a. **Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**
- b. **Identificar o montante destinado à reserva**
- c. **Descrever como o montante foi calculado**

C.7.15) Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. **Identificar o montante da retenção**

A Administração da Companhia, para fazer face ao seu plano de investimentos para o exercício de 2010, propôs ao Conselho de Administração, a retenção do lucro líquido remanescente, após a destinação para reserva legal e distribuição dos juros sobre o capital, no montante de R\$ 18.054 mil. A proposta foi aprovada em 22 de março de 2010 em reunião do Conselho de Administração e será submetida para aprovação na próxima Assembléia Geral Ordinária.

- b. **Fornecer cópia do orçamento de capital**

Os principais investimentos previstos no orçamento de capital para o ano de 2010 são os seguintes:

- a) *Novos produtos e processos – R\$ 11.880 mil.*
- b) *Racionalização da produção - R\$ 14.578 mil.*
- c) *Máquinas e equipamentos – R\$ 10.320 mil.*
- d) *Qualidade - R\$ 7.938 mil.*
- e) *Construções e TI - R\$ 4.513 mil.*
- f) *Intangíveis – R\$ 1.942 mil.*
- g) *Outros – R\$ 7.229 mil.*

C.7.16) Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Não houve destinação para essa reserva.

- a. Informar o montante destinado à reserva**
- b. Explicar a natureza da destinação**

C.8) Parecer do Comitê de Auditoria, se houver

Não aplicável.

C.9) Sempre que a Assembléia Geral for convocada para eleger administradores ou membros do conselho fiscal, a companhia deve fornecer, no mínimo as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência (transcrição abaixo), relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores.

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

- a. nome**
- b. idade**
- c. profissão**
- d. CPF ou número do passaporte**
- e. cargo eletivo ocupado**
- f. data de eleição**
- g. data da posse**
- h. prazo do mandato**
- i. outros cargos ou funções exercidos no emissor**
- j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não**

Os dados abaixo se referem aos membros atuais do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, que estão à disposição dos acionistas para eventual reeleição. O mandato atual do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal vigorará até a realização da Assembléia Geral Ordinária (AGO) de acionistas referente à aprovação das demonstrações contábeis do exercício social de 2009 que se realizará em 29 de abril de 2010.

Eventualmente, caso ocorra alguma alteração nessa composição, essa informação será atualizada junto à CVM e BM&F Bovespa, na forma da lei.

Conselho de Administração – Membros Titulares

PETER PAUL WILHELM GRUNOW

| | |
|---|--|
| <i>a. nome</i> | <i>Peter Paul Wilhelm Grunow</i> |
| <i>b. idade</i> | <i>60 anos</i> |
| <i>c. profissão</i> | <i>Administrador de Empresas</i> |
| <i>d. CPF ou número do passaporte</i> | <i>044.222.338-23</i> |
| <i>e. cargo eletivo ocupado</i> | <i>Presidente do Conselho de Administração</i> |
| <i>f. data de eleição</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>g. data da posse</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>h. prazo do mandato</i> | <i>até a AGO de 2010</i> |
| <i>i. outros cargos ou funções exercidos no emissor</i> | <i>nenhum</i> |
| <i>j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não</i> | <i>Sim</i> |

CLAUS HOPPEN

| | |
|---|--|
| <i>a. nome</i> | <i>Claus Hoppen</i> |
| <i>b. idade</i> | <i>54 anos</i> |
| <i>c. profissão</i> | <i>Administrador de Empresas</i> |
| <i>d. CPF ou número do passaporte</i> | <i>192.134.680-91</i> |
| <i>e. cargo eletivo ocupado</i> | <i>Membro do Conselho de Administração</i> |
| <i>f. data de eleição</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>g. data da posse</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>h. prazo do mandato</i> | <i>até a AGO de 2010</i> |
| <i>i. outros cargos ou funções exercidos no emissor</i> | <i>Diretor Presidente</i> |
| <i>j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não</i> | <i>Sim</i> |

HEINZ KONRAD JUNKER

| | |
|---|--|
| <i>a. nome</i> | <i>Heinz Konrad Junker</i> |
| <i>b. idade</i> | <i>60 anos</i> |
| <i>c. profissão</i> | <i>Doutor em Engenharia Mecânica</i> |
| <i>d. CPF ou número do passaporte</i> | <i>219.554.108-36</i> |
| <i>e. cargo eletivo ocupado</i> | <i>Membro do Conselho de Administração</i> |
| <i>f. data de eleição</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>g. data da posse</i> | <i>04/08/2009</i> |
| <i>h. prazo do mandato</i> | <i>até a AGO de 2010</i> |
| <i>i. outros cargos ou funções exercidos no emissor</i> | <i>nenhuma</i> |
| <i>j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não</i> | <i>Sim</i> |

BERNHARD VOLKMANN

| | |
|---|--|
| <i>a. nome</i> | <i>Bernhard Volkmann</i> |
| <i>b. idade</i> | <i>60 anos</i> |
| <i>c. profissão</i> | <i>Doutor em Economia</i> |
| <i>d. CPF ou número do passaporte</i> | <i>061.909.908-76</i> |
| <i>e. cargo eletivo ocupado</i> | <i>Membro do Conselho de Administração</i> |
| <i>f. data de eleição</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>g. data da posse</i> | <i>04/08/2009</i> |
| <i>h. prazo do mandato</i> | <i>até a AGO de 2010</i> |
| <i>i. outros cargos ou funções exercidos no emissor</i> | <i>nenhuma</i> |
| <i>j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não</i> | <i>Sim</i> |

MAURO FERNANDO MARIA ARRUDA

| | |
|---|--|
| <i>a. nome</i> | <i>Mauro Fernando Maria Arruda</i> |
| <i>b. idade</i> | <i>62 anos</i> |
| <i>c. profissão</i> | <i>Administrador de Empresas</i> |
| <i>d. CPF ou número do passaporte</i> | <i>028.882.701-53</i> |
| <i>e. cargo eletivo ocupado</i> | <i>Membro do Conselho de Administração</i> |
| <i>f. data de eleição</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>g. data da posse</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>h. prazo do mandato</i> | <i>até a AGO de 2010</i> |
| <i>i. outros cargos ou funções exercidos no emissor</i> | <i>nenhuma</i> |
| <i>j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não</i> | <i>Não</i> |

Conselho de Administração – Membros Suplentes

LILIANA FACCIO NOVARETTI

| | |
|---|---|
| <i>a. nome</i> | <i>Liliana Faccio Novaretti</i> |
| <i>b. idade</i> | <i>52 anos</i> |
| <i>c. profissão</i> | <i>Advogada</i> |
| <i>d. CPF ou número do passaporte</i> | <i>088.461.928-18</i> |
| <i>e. cargo eletivo ocupado</i> | <i>Membro Suplente do Conselho de Administração</i> |
| <i>f. data de eleição</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>g. data da posse</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>h. prazo do mandato</i> | <i>até a AGO de 2010</i> |
| <i>i. outros cargos ou funções exercidos no emissor</i> | <i>nenhuma</i> |
| <i>j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não</i> | <i>Sim</i> |

MARCIO DE OLIVEIRA SANTOS

| | |
|---|---|
| <i>a. nome</i> | <i>Márcio de Oliveira Santos</i> |
| <i>b. idade</i> | <i>66 anos</i> |
| <i>c. profissão</i> | <i>Advogado</i> |
| <i>d. CPF ou número do passaporte</i> | <i>007.264.868-68</i> |
| <i>e. cargo eletivo ocupado</i> | <i>Membro Suplente do Conselho de Administração</i> |
| <i>f. data de eleição</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>g. data da posse</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>h. prazo do mandato</i> | <i>até a AGO de 2010</i> |
| <i>i. outros cargos ou funções exercidos no emissor</i> | <i>nenhuma</i> |
| <i>j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não</i> | <i>Sim</i> |

VICENTE ROBERTO DE ANDRADE VIETRI

| | |
|---|---|
| <i>a. nome</i> | <i>Vicente Roberto de Andrade Vietri</i> |
| <i>b. idade</i> | <i>69 anos</i> |
| <i>c. profissão</i> | <i>Advogado</i> |
| <i>d. CPF ou número do passaporte</i> | <i>008.524.818-53</i> |
| <i>e. cargo eletivo ocupado</i> | <i>Membro Suplente do Conselho de Administração</i> |
| <i>f. data de eleição</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>g. data da posse</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>h. prazo do mandato</i> | <i>até a AGO de 2010</i> |
| <i>i. outros cargos ou funções exercidos no emissor</i> | <i>nenhuma</i> |
| <i>j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não</i> | <i>Sim</i> |

COARACI NOGUEIRA DO VALE

| | |
|---|---|
| <i>a. nome</i> | <i>Coaraci Nogueira do Vale</i> |
| <i>b. idade</i> | <i>68 anos</i> |
| <i>c. profissão</i> | <i>Advogado</i> |
| <i>d. CPF ou número do passaporte</i> | <i>048.359.028-91</i> |
| <i>e. cargo eletivo ocupado</i> | <i>Membro Suplente do Conselho de Administração</i> |
| <i>f. data de eleição</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>g. data da posse</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>h. prazo do mandato</i> | <i>até a AGO de 2010</i> |
| <i>i. outros cargos ou funções exercidos no emissor</i> | <i>nenhuma</i> |
| <i>j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não</i> | <i>Sim</i> |

MARCO AURELIO ROGERI ARMELIN

| | |
|---|---|
| <i>a. nome</i> | <i>Marco Aurélio Rogeri Armelin</i> |
| <i>b. idade</i> | <i>38 anos</i> |
| <i>c. profissão</i> | <i>Engenheiro Elétrico</i> |
| <i>d. CPF ou número do passaporte</i> | <i>177.737.228-38</i> |
| <i>e. cargo eletivo ocupado</i> | <i>Membro Suplente do Conselho de Administração</i> |
| <i>f. data de eleição</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>g. data da posse</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>h. prazo do mandato</i> | <i>até a AGO de 2010</i> |
| <i>i. outros cargos ou funções exercidos no emissor</i> | <i>nenhuma</i> |
| <i>j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não</i> | <i>Não</i> |

Conselho Fiscal – Membros Titulares

HANS-GEORG SCHNEIDER

| | |
|---|---|
| <i>a. nome</i> | <i>Hans-Georg Schneider</i> |
| <i>b. idade</i> | <i>63 anos</i> |
| <i>c. profissão</i> | <i>Administrador de Negócios</i> |
| <i>d. CPF ou número do passaporte</i> | <i>379.180.366-20</i> |
| <i>e. cargo eletivo ocupado</i> | <i>Membro Titular do Conselho de Fiscal</i> |
| <i>f. data de eleição</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>g. data da posse</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>h. prazo do mandato</i> | <i>até a AGO de 2010</i> |
| <i>i. outros cargos ou funções exercidos no emissor</i> | <i>nenhuma</i> |
| <i>j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não</i> | <i>Sim</i> |

PAULO ROBERTO SIMÕES DA CUNHA

| | |
|---|---|
| <i>a. nome</i> | <i>Paulo Roberto Simões da Cunha</i> |
| <i>b. idade</i> | <i>59 anos</i> |
| <i>c. profissão</i> | <i>Contador e Administrador de empresas</i> |
| <i>d. CPF ou número do passaporte</i> | <i>567.047.048-68</i> |
| <i>e. cargo eletivo ocupado</i> | <i>Membro Titular do Conselho de Fiscal</i> |
| <i>f. data de eleição</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>g. data da posse</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>h. prazo do mandato</i> | <i>até a AGO de 2010</i> |
| <i>i. outros cargos ou funções exercidos no emissor</i> | <i>nenhuma</i> |
| <i>j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não</i> | <i>Sim</i> |

ALOISIO KOK

| | |
|---|---|
| <i>a. nome</i> | <i>Aloisio Kok</i> |
| <i>b. idade</i> | <i>61 anos</i> |
| <i>c. profissão</i> | <i>Contador e Administrador de Empresas</i> |
| <i>d. CPF ou número do passaporte</i> | <i>375.089.464-04</i> |
| <i>e. cargo eletivo ocupado</i> | <i>Membro Titular do Conselho de Fiscal</i> |
| <i>f. data de eleição</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>g. data da posse</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>h. prazo do mandato</i> | <i>até a AGO de 2010</i> |
| <i>i. outros cargos ou funções exercidos no emissor</i> | <i>nenhuma</i> |
| <i>j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não</i> | <i>Não</i> |

Conselho Fiscal – Membros Suplentes

DIMAS LAZARINI SILVEIRA COSTA

| | |
|---|--|
| <i>a. nome</i> | <i>Dimas Lazarini Silveira Costa</i> |
| <i>b. idade</i> | <i>43 anos</i> |
| <i>c. profissão</i> | <i>Advogado</i> |
| <i>d. CPF ou número do passaporte</i> | <i>822.791.958-87</i> |
| <i>e. cargo eletivo ocupado</i> | <i>Membro Suplente do Conselho de Fiscal</i> |
| <i>f. data de eleição</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>g. data da posse</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>h. prazo do mandato</i> | <i>até a AGO de 2010</i> |
| <i>i. outros cargos ou funções exercidos no emissor</i> | <i>nenhuma</i> |
| <i>j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não</i> | <i>Sim</i> |

NANCY ROSA POLICELLI

| | |
|---|--|
| <i>a. nome</i> | <i>Nancy Rosa Policelli</i> |
| <i>b. idade</i> | <i>72 anos</i> |
| <i>c. profissão</i> | <i>Advogada</i> |
| <i>d. CPF ou número do passaporte</i> | <i>007.264.948-87</i> |
| <i>e. cargo eletivo ocupado</i> | <i>Membro Suplente do Conselho de Fiscal</i> |
| <i>f. data de eleição</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>g. data da posse</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>h. prazo do mandato</i> | <i>até a AGO de 2010</i> |
| <i>i. outros cargos ou funções exercidos no emissor</i> | <i>nenhuma</i> |
| <i>j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não</i> | <i>Sim</i> |

ALEXANDRE LUIZ OLIVEIRA DE TOLEDO

| | |
|---|--|
| <i>a. nome</i> | <i>Alexandre Luiz Oliveira de Toledo</i> |
| <i>b. idade</i> | <i>50 anos</i> |
| <i>c. profissão</i> | <i>Advogado</i> |
| <i>d. CPF ou número do passaporte</i> | <i>037.446.598-36</i> |
| <i>e. cargo eletivo ocupado</i> | <i>Membro Suplente do Conselho de Fiscal</i> |
| <i>f. data de eleição</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>g. data da posse</i> | <i>30/04/2009</i> |
| <i>h. prazo do mandato</i> | <i>até a AGO de 2010</i> |
| <i>i. outros cargos ou funções exercidos no emissor</i> | <i>nenhuma</i> |
| <i>j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não</i> | <i>Não</i> |

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não aplicável.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa**
- cargo e funções inerentes ao cargo**
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor**

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Conselho de Administração – Membros Titulares

PETER PAUL WILHELM GRUNOW

Administrador de Empresas graduado pela Universidade de Frankfurt na Alemanha. Nascido em 25/04/1949. Diretor da MAHLE GmbH responsável mundialmente pela Divisão de Filtros, ex-Diretor-Presidente e de Relações com Investidores da MAHLE Metal Leve S.A.

Desde 2001 - Membro da Diretoria Mundial do Grupo MAHLE;

1999 - Presidente do Conselho de Administração da MAHLE Metal Leve S.A. e MAHLE Cofap Anéis S.A., Brasil;

1996 - Diretor Presidente da Metal Leve S.A., São Paulo, Brasil;

1994 - Diretor Administrativo/Presidente do Conselho de Administração da MAHLE J. Wizemann-Pleuco GmbH;

1991 - Diretor Administrativo da MAHLE J. Wizemann Verwaltungs GmbH;

1984 - Diretor Administrativo da CIMA, Brasil;

1981 - Diretor Administrativo da MMG, Brasil;

1978 - Assistente da Diretoria da MAHLE GmbH;

1976 - Controladoria de uma divisão de negócios da MAHLE GmbH;

1974 - Assistente da Chefia de Controladoria e Contabilidade da MAHLE GmbH;

1974 - Graduação em Administração de Negócios, Universidade de Frankfurt, Alemanha.

Durante os últimos 5 anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

CLAUS HOPPEN

Administrador de Empresas Graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nascido em 07/10/1955. Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração da MAHLE Metal Leve S.A.

2004-2005 - Acumulou além do seu cargo no Brasil a função de Vice Presidente Executivo e Membro do Management Committee da MAHLE GmbH-Stuttgart, Alemanha, com responsabilidade como diretor mundial para o mercado de reposição (Aftermarket) do Grupo MAHLE.

Desde 2000 - Diretor Presidente da MAHLE Metal Leve S.A. e MAHLE Componentes de Motores do Brasil Ltda.

1991 - Iniciou no Grupo MAHLE como Diretor de Controladoria, tendo atuado até 2000 em diversas áreas como Comercial, Contabilidade e Finanças, Recursos Humanos, Compras, Informática.

1989-91 - Controller Melitta Indústria e Comércio Ltda.

1985-89 - Controller e Diretor Administrativo-Financeiro Wacker Química do Brasil Ltda.

1983-85 - Bolsista da Fundação Krupp na Alemanha com especialização em Controladoria pela Controller Akademie-Gauting, Munique – Alemanha.

1978-83 - Chefe Departamento Feiras e Exposições da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha (São Paulo).

1978 - Graduação em Administração de Empresas e Administração Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Outras Atividades:

2002-04 - Vice Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha (São Paulo)

Durante os últimos 5 anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em coordenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

HEINZ KONRAD JUNKER

Doutor em Engenharia Mecânica pela Universidade de Tecnologia da Renânia Setentrional Westfalia em Aachen. Nascido em 16/12/1949. Presidente Mundial do Grupo MAHLE.

Desde 1996 – Presidente Mundial do Grupo MAHLE;

1994 - Professor honorário na Universidade de Ruhr de Bochum, Alemanha;

1993 - Diretor Administrativo da TRW Fahrwerksysteme GmbH, Alemanha;

1988 - Membro da Diretoria de Projetos, Desenvolvimento e Gestão de Qualidade da TRW Ehrenreich;

Desde 1987 - Professor Conferencista na Universidade de Ruhr de Bochum para Engenharia Automobilística;

1986 - Chefe de Engenharia de Desenvolvimento de Produto na TRW Ehrenreich, Düsseldorf, Alemanha;

1985 - Diretor Administrativo adjunto da FKA (Pesquisa Corp. Automobilística) Aachen;

1984 - Ph.D. no Instituto de Engenharia Automobilística, Universidade de Tecnologia (RWTH) Aachen, Alemanha;

1975 - Graduação em Engenharia Automobilística, Universidade de Tecnologia (RWTH) Aachen, Alemanha.

Durante os últimos 5 anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

BERNHARD VOLKMANN

Doutor em Economia pela Universidade Justus Liebig de Giessen. Nascido em 03/01/1950. Membro da Diretoria na empresa MAHLE GmbH em Stuttgart na Alemanha.

Desde 1997 - Membro da Diretoria Mundial do Grupo MAHLE;

1992-1997 - Diretor Administrativo da Alusingen GmbH, Singen/Hohentwiel , Alemanha;

1982-1991 - Trabalhou para o Grupo Krupp, entre outras atividades no Departamento de controladoria de Fried Krupp GmbH, Essen, Alemanha e no

Departamento de administração de negócios do Grupo Krupp na Metalúrgica Campo Limpo Ltda., São Paulo, Brasil;

1982 - Promoção na Faculdade de Economia, Universidade de Gießen, Alemanha;

1975 - Exame para graduação em Economia, Universidade Justus Liebig de Gießen, Alemanha.

Durante os últimos 5 anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

MAURO FERNANDO MARIA ARRUDA

Economista graduado pela Faculté de Droit et Sciences Économiques/Université de Paris e Universidade de Brasília. 63 anos. É Sócio-Diretor da Macrotempo Consultoria Econômica e da M&S Tecnologia e Planejamento. É autor de diversos artigos sobre propriedade industrial, política industrial e comércio exterior e mercado de capitais.

Atualmente é membro do Conselho de Administração da MAHLE Metal Leve, Mangels, Ferbasa e BrasilEcodiesel, empresas de capital aberto e com ações na BM&FBOVESPA. Participou do Conselho das seguintes empresas e entidades, entre outras: Conselho de Administração do Grupo Algar; Conselho de Administração do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT); Conselho de Administração da Promoção de Excelência do Software Brasileiro (SOFTEX); Conselho Técnico da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ); Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

Foi membro de diversas delegações oficiais brasileiras em negociações na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), na UNCTAD, no GATT, tendo participado da delegação que negociou a criação da Organização Mundial de Comércio (OMC). Foi chefe da delegação brasileira na negociação do Tratado Internacional de Circuitos Integrados, em Washington, em abril de 1989.

Foi consultor da Vale; do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) – criou um fundo de recebíveis para essa entidade; da ANPEI; e do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) – como consultor desse Centro, assessorou: o Ministério da Ciência e Tecnologia na elaboração de Decreto de Regulamentação da Lei de Inovação e na Lei do Bem, nesta última, na parte relativa à concessão de incentivos fiscais para o desenvolvimento tecnológico da indústria nacional; e a FINEP, na implementação da subvenção econômica às empresas nacionais. Foi consultor da ABIMAQ – Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos.

Participou como consultor do SEBRAE das negociações com o BNDES e com o BID/IIC nas discussões técnicas para a montagem de oito fundos de venture-capital; realizou trabalho para ONGs de meio ambiente, capitaneadas pelo Green Peace, na montagem de fundos para o desenvolvimento sustentável; um desses fundos foi colocado em prática, pelo BNDES, o “Fundo de Doações para a Sustentabilidade da Amazônia”.

De junho de 1989 a setembro de 1997 - Diretor-Executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI);

De março de 1985 a maio de 1989 - Presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI);

De junho de 1979 a janeiro de 1985 - Diretor de Transferência de Tecnologia do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI);

De junho de 1976 a maio de 1979 - Exerceu a função de Superintendente da Comissão Coordenadora dos Núcleos de Articulação com a Indústria (CCNAI);

De junho de 1976 a maio de 1979 – Economista da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP);

De março de 1975 a maio de 1976 - Economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

De fevereiro de 1972 a dezembro de 1973 - Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro;

De agosto de 1970 a janeiro de 1972 - Economista do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

Durante os últimos 5 anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Conselho de Administração – Membros Suplentes

VICENTE ROBERTO DE ANDRADE VIETRI

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie em 1966. Nascido em 19/09/1940. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil, Associação dos Advogados de São Paulo, Câmara de Comércio França-Brasil, Centro de Estudos das Sociedades de Advogados - CESA e do Comitê de Administração Estratégica e de Ética do CESA. Atua nas áreas do Direito Societário, Direito Comercial, Direito Tributário e Fusões e Aquisições, no

escritório França Ribeiro Advocacia onde ingressou em abril de 1962 e do qual é Sócio Fundador e Diretor Executivo.

Durante os últimos 5 anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

MÁRCIO DE OLIVEIRA SANTOS

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie em 1965. Nascido em 15/05/1943. Possui especialização em comércio internacional pela Queen Mary College, da Universidade de Londres. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil e Associação dos Advogados de São Paulo. Atua na área de Contencioso Cível, no escritório França Ribeiro Advocacia onde ingressou em setembro de 1964 e do qual é Sócio Fundador.

Durante os últimos 5 anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

LILIANA FACCI NOVARETTI

Graduada em Direito pela Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas em 1983. Nascida em 10/01/1958. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil e Associação dos Advogados de São Paulo. Atua nas áreas do Direito Societário e Capital Estrangeiro, no escritório França Ribeiro Advocacia onde ingressou em 1980 e do qual é Sócia.

Durante os últimos 5 anos não esteve envolvida em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

COARACI NOGUEIRA DO VALE

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Bauru em 1964. Nascido em 07/01/1942. Técnico em contabilidade pelo Instituto de Ensino "Sedes Sapientiae" de Avaré em 1959. Coursou Administração de Empresas no Richmond Professional Institute, em Richmond, Virginia, USA, em 1965/1966. Possui pós-graduação em Administração de Empresas pela FGV, em 1966/1968. Membro da OAB, Associação dos Advogados de São Paulo, Centro de Estudos das Sociedades de Advogados – CESA, Câmara Americana de Comércio, CBar-Comitê Brasileiro de Arbitragem e do Comitê de Administração Estratégica e Ética do CESA. Exerceu atividades de gerente administrativo e financeiro na Cosmopan Filmes de Publicidade Ltda., controller-assistente na Dow Química S.A., gerente de desenvolvimento de negócios na Gould Industrial Ltda., controller e gerente geral assistente na Axios Indústria Mecânica Ltda. Foi sócio da empresa Ciapar Empreendimentos Ltda., prestando assistência a investidores estrangeiros no

Brasil, através da empresa Coaraci Nogueira do Vale Consultores Associados S/C Ltda. Em 1990 constituiu a empresa de advocacia Nogueira do Vale Advogados através do qual prestou serviços até junho de 1999 quando se transferiu para o escritório França Ribeiro Advocacia, do qual se tornou sócio em 2001, onde atua na área de assistência a investidores estrangeiros. É membro do Conselho Consultivo da Robert Bosch Ltda.

Durante os últimos 5 anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

MARCO AURÉLIO ROGERI ARMELIN

Formado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo em dezembro de 1994. Nascido em 07/07/1971. Desde março de 2005 é sócio da DEC Investimentos Ltda., e responsável pelo departamento de análise de empresas da instituição. Coordena a equipe de analistas, comitê de alocação de recursos e contatos institucionais. Trabalhou no M&S Safra, como head de renda variável no Family Office da família Safra; no Banco Itaú BBA S.A., como head de renda variável da tesouraria do Banco, análise fundamentalista, estratégias direcionais, long/short, risk arbitrage; no Banco Pactual S.A., como analista buy-side de renda variável da mesa proprietária do Banco; e no Banco Matrix S.A., em diversos departamentos.

Durante os últimos 5 anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Conselho Fiscal – Membros Titulares

ALOÍSIO KOK

Economista pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP. Nascido em 24/12/1948. Fez cursos de especialização e atualização realizados no Brasil e no exterior, dentre eles, o Risk Management in Banking Programme do INSEAD – 1977; exerceu cargo de Diretor Financeiro nos Bancos de Boston, Banco Bandeirantes (Grupo Caixa Geral de Depósitos) e de Vice-Presidente no ABN-Amro Bank, é sócio de empresa de serviços desde 2002 e, membro do Conselho Fiscal da Cia. de Ferro Ligas da Bahia – FERBASA.

Durante os últimos 5 anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

PAULO ROBERTO SIMÕES DA CUNHA

Contador e Administrador de Empresas pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo; Pós-graduação com especialização em Auditoria – USP; 23 anos de experiência na supervisão bancária do Banco Central do Brasil (Bacen); ex-sócio de Financial Services da KPMG Auditores Independentes; ex- membro do Comitê de Auditoria da Zamproga Ind. e Com., ex-presidente do Comitê de Auditoria da DEDIC (Portugal Telecom), ex-consultor do Banco Pactual UBS; membro do Comitê de Auditoria da BMFBovespa, ex-membro do Comitê de Auditoria do conglomerado Bradesco e membro do Comitê de Auditoria do Banco Santander.

Durante os últimos 5 anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

HANS-GEORG SCHNEIDER

Administração de Negócios pela Universidade de Frankfurt, sócio na Ernst & Young do Brasil desde em 2002, sócio responsável pela coordenação dos clientes de origem alemã, em São Paulo; nascido em 18.04.1946; Liderou diversos processos de auditoria nas principais companhias alemãs no Brasil, incluindo Volkswagen, Mercedes-Benz, Siemens, Mannesmann, MAHLE, SAP e Bertelsmann; ex-sócio no Escritório São Paulo da consultoria Arthur Andersen; trabalhou por vinte anos na KPMG, no Brasil e na Alemanha; Exerce atividades de consultoria tributária às empresas alemãs, bem como possui certificação em contabilidade pública.

Durante os últimos 5 anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Conselho Fiscal – Membros Suplentes

ALEXANDRE LUIZ OLIVEIRA DE TOLEDO

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Largo de São Francisco) em 1983. Nascido em 20/08/1959. Dedicou-se há mais de 20 (vinte) anos aos segmentos do Direito Societário/Contratual e das instituições financeiras, com destaque para a área de Mercado de Capitais. Exerceu atividades profissionais no Banco Bradesco S/A, nas áreas cível e criminal; no Banco Bradesco de Investimentos S/A, onde gerenciou o departamento jurídico e área de Mercado de Capitais; no Banco Schahin Cury S/A, Schahin Cury CCVM S/A e CSC Financeira, com atuação no Direito Comercial, especialmente nas áreas societárias e de Mercado de Capitais. De 1997 até o presente, participa como Conselheiro de Administração e Fiscal em inúmeras empresas.

Durante os últimos 5 anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada

em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

DIMAS LAZARINI SILVEIRA COSTA

Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1992. Nascido em 24/04/1966. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil e Associação dos Advogados de São Paulo. Atua na área do Direito Tributário, no escritório França Ribeiro Advocacia onde ingressou em fevereiro de 1990 e do qual é Sócio.

Durante os últimos 5 anos não esteve envolvido em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

NANCY ROSA POLICELLI

Graduada em Direito pela Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1960. Nascida em 21/10/1937. Membro da Ordem dos Advogados do Brasil e Associação dos Advogados de São Paulo. Atua nas áreas do Direito Societário e Direito Tributário no escritório França Ribeiro Advocacia onde ingressou em abril de 1961 e do qual é Sócia Fundadora.

Durante os últimos 5 anos não esteve envolvida em qualquer condenação, seja criminal, em processo administrativo da CVM, ou ainda, em condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

Não aplicável.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não aplicável.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não aplicável.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não aplicável.

b. controlador direto ou indireto do emissor

Conforme descrito no item 12.8.a, os Srs. Peter Paul Wilhelm Grunow, Heinz Konrad Junker e Bernhard Volkmann, membros do Conselho de Administração da Companhia emissora também ocupam cargo de Diretoria na acionista controladora indireta MAHLE GmbH.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável.

C.10) Sempre que a Assembléia Geral for convocada para reformar o Estatuto, a Companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

Não aplicável, pois não haverá reforma do Estatuto.

- I. cópia do Estatuto Social contendo, em destaque, as alterações propostas; e,**
- II. relatório detalhando a origem e justificativa das alterações propostas e analisando os seus efeitos jurídicos e econômicos.**

C.11) Sempre que a Assembléia Geral dos acionistas for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a Companhia deve fornecer, no mínimo os seguintes documentos e informações:

- I. a proposta de remuneração dos administradores; e**
Vide os itens 13.2, 13.3 e 13.11 a seguir.
- II. as informações indicadas no item 13 do formulário de referência, que serão a seguir demonstradas:**

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia mantém política de remuneração para seus administradores, membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária, Diretoria não Estatutária e membros do Conselho Fiscal alinhada com as melhores práticas de mercado, focada na atração e retenção dos melhores profissionais. As bases de remuneração (fixa e variável) são mantidas em sintonia com as pesquisas de mercado e atreladas aos interesses dos executivos pertencentes ao seu quadro de administradores e aos acionistas da Companhia.

A Política de remuneração variável aplicável aos membros da Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária é focada pelo compartilhamento dos resultados e riscos do negócio, dentro de uma visão transparente, alinhada aos objetivos da Companhia, norteado para a garantia de atingimento de resultados consistentes contribuindo para o crescimento e vitalidade da Companhia.

b. composição da remuneração, indicando:

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

a) Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus somente à remuneração fixa, estabelecida com base nas melhores práticas de mercado, visando à retenção dos executivos, assim como fornecendo elementos de retenção dos melhores profissionais. Os valores da remuneração são iguais para todos os membros do conselho, exceto para o Presidente que tem definido um valor diferenciado.

b) Diretoria

Os membros da Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária fazem jus à remuneração fixa e variável, sendo esta última aplicada de maneira uniforme a todos os executivos que compõem o quadro de gestão onde o controlador mantém suas operações, constituindo a parte variável estabelecida por uma parcela de bônus atrelada a resultados financeiros da Companhia compondo 70% da parcela variável e os 30% restantes atrelados ao atingimento de metas individualizadas, totalizando a parte variável em 100% atrelados aos resultados da Companhia e performance individual do executivo.

O objetivo da parcela variável da remuneração dos membros da Diretoria é retribuir como forma de compensação o compartilhamento dos riscos na gestão dos negócios, neste caso sempre atrelado ao atingimento de metas estipuladas para o exercício.

c) Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus somente à remuneração fixa, estabelecida com base nas melhores práticas de mercado, visando a atração dos melhores profissionais. O valor da remuneração é igual para todos os membros do conselho.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A remuneração definida aos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é fixa e corresponde a 100% da remuneração total.

Para os membros da Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária, a remuneração fixa corresponde a 70% do total da remuneração e 30% pela remuneração variável, esta paga em parcela única anual, após a consolidação dos resultados da Companhia.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

As bases de remuneração atribuídas aos administradores e empregados da Companhia são atualizados pelos índices inflacionários, e ainda são periodicamente acompanhadas/alinhadas com o mercado através de pesquisas realizadas por empresas especializadas, com o objetivo de manter a competitividade dos valores pagos, assim como avaliar possíveis distorções.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia concentra a distribuição em parte fixa e outra variável pois considera esta parte com forte conteúdo motivacional, ao mesmo tempo como parte de sua política de compartilhamento na responsabilidade de gestão de riscos e resultados do negócio.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Como informado em itens anteriores, os itens de remuneração levam em consideração os resultados obtidos mediante a performance individual pelo atingimento das metas individuais traçadas para o exercício. A parte variável da remuneração está condicionada totalmente aos resultados financeiros da Companhia apurados no balanço anual e resultados de metas definidas para os executivos em suas diversas áreas de atuação direta (projetos, desenvolvimentos, entre outros).

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Qualquer ajuste nos valores da parte fixa da remuneração dos administradores estará condicionada à performance individual e às práticas de mercado e a parcela variável estará vinculada diretamente aos resultados financeiros que a Companhia atingir e às metas individuais definidas.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

As práticas de remuneração utilizadas estão totalmente alinhadas aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia, sendo a parte fixa refletindo proximidade às melhores práticas aplicadas no mercado como forma de retenção e atração dos profissionais, neste caso totalmente adequado ao interesse de longo prazo. Por sua vez a remuneração variável prevista remete

para o interesse dos profissionais assim como da Companhia, uma vez que a compensação estará atrelada à performance dentro do exercício e crescimento dos negócios em períodos futuros, reafirmando a condição de compartilhamento dos riscos e resultados pelos administradores e Companhia.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Prática não aplicada pela Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Prática não aplicada pela Companhia.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo :

a. órgão

b. número de membros

c. remuneração segregada em:

i. remuneração fixa anual, segregada em:

- **salário ou pró-labore**
- **benefícios diretos e indiretos**
- **remuneração por participação em comitês**
- **outros**

ii. remuneração variável, segregada em:

- **bônus**
- **participação nos resultados**
- **remuneração por participação em reuniões**
- **comissões**
- **outros**

- iii. **benefícios pós-emprego**
 - iv. **benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo**
 - v. **remuneração baseada em ações**
- d. **valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**
 - e. **total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

Valores de Remuneração reconhecidos no exercício social de 2009 referentes ao Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, de acordo com o Art. 35 da Instrução CVM nº 481/09 ():*

| Ano 2009 | Conselho de Administração | Conselho Fiscal | Diretoria Estatutária |
|---|----------------------------------|------------------------|------------------------------|
| Número de membros | 4 | 3 | 6 |
| Remuneração Fixa Anual | 318.556,80 | 425.707,20 | 4.398.772,32 |
| Pró Labore / Honorários | 265.464,00 | 354.756,00 | 3.164.776,03 |
| Encargos Sociais | 53.092,80 | 70.951,20 | 886.137,29 |
| Benefícios Diretos ou Indiretos | NA | NA | 347.859,00 |
| Remuneração por participação em comitês | NA | NA | NA |
| Outros | NA | NA | NA |
| Remuneração Variável Anual | NA | NA | 732.200,00 |
| Bônus | NA | NA | 565.000,00 |
| Encargos Sociais | NA | NA | 158.200,00 |
| Participação nos Resultados | NA | NA | NA |
| Remuneração por participação em comitês | NA | NA | NA |
| Comissões | NA | NA | NA |
| Outros | NA | NA | NA |
| Benefícios Pós Emprego | NA | NA | NA |
| Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo | NA | NA | NA |
| Remuneração baseada em ações | NA | NA | NA |
| Total (R\$) | 318.556,80 | 425.707,20 | 5.121.972,32 |

() com encargos sociais.*

Valores de Remuneração previstos para o exercício social de 2010 referentes ao Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal (*):

| Ano 2010 | Conselho de Administração | Conselho Fiscal | Diretoria Estatutária |
|---|---------------------------|-------------------|-----------------------|
| Número de membros | 4 | 3 | 2 |
| Remuneração Fixa Anual | 783.478,80 | 561.600,00 | 1.747.518,61 |
| Pró Labore / Honorários | 652.899,00 | 468.000,00 | 1.213.758,64 |
| Encargos Sociais | 130.579,80 | 93.600,00 | 468.753,59 |
| Benefícios Diretos ou Indiretos | NA | NA | 65.006,38 |
| Remuneração por participação em comitês | NA | NA | NA |
| Outros | NA | NA | NA |
| Remuneração Variável Anual | NA | NA | 720.490,26 |
| Bônus | NA | NA | 435.183,78 |
| Encargos Sociais | NA | NA | 285.306,48 |
| Participação nos Resultados | NA | NA | NA |
| Remuneração por participação em comitês | NA | NA | NA |
| Comissões | NA | NA | NA |
| Outros | NA | NA | NA |
| Benefícios Pós Emprego | NA | NA | NA |
| Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo | NA | NA | NA |
| Remuneração baseada em ações | NA | NA | NA |
| Total (R\$) | 783.478,80 | 561.600,00 | 2.468.008,27 |

(*) com encargos sociais.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo :

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação ao bônus:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

- ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- d. em relação à participação no resultado:
- i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Valores de Remuneração Variável reconhecidos no exercício social de 2009 referentes ao Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, de acordo com o Art. 35 da Instrução CVM nº 481/09:

| 2009 | Conselho de Administração | Conselho Fiscal | Diretoria Estatutária |
|--|---------------------------|-----------------|-----------------------|
| Número de membros | 4 | 3 | 6 |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR) | NA | NA | 565.000,00 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR) | NA | NA | (*) |
| Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas (100%) | NA | NA | 1.130.000,00 |
| Valor efetivamente reconhecido | NA | NA | 565.000,00 |

(*) As metas financeiras podem atingir um teto máximo de 200% em relação ao plano econômico da Companhia e as metas individuais estão limitadas a um atingimento de 100%.

Valores de Remuneração Variável previstos para o exercício social de 2010 referentes ao Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal:

| 2010 | Conselho de Administração | Conselho Fiscal | Diretoria Estatutária |
|--|---------------------------|-----------------|-----------------------|
| Número de membros | 4 | 3 | 2 |
| Valor mínimo previsto no plano de remuneração (PR) | NA | NA | 217.591,89 |
| Valor máximo previsto no plano de remuneração (PR) | NA | NA | (*) |
| Valor previsto no PR, caso as metas sejam atingidas (100%) | NA | NA | 435.183,78 |

(*) As metas financeiras podem atingir um teto máximo de 200% em relação ao plano econômico da Companhia e as metas individuais estão limitadas a um atingimento de 100%.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os sub itens não são aplicáveis.

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações

- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Em atendimento a Lei de Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), os membros do Conselho de Administração possuem as seguintes quantidades e espécies de ações emitidas pela Companhia:

Peter Paul Wilhelm Grunow - 1 ação Ordinária Nominativa (ON);

Heinz Konrad Junker - 1 ação ON;

Bernhard Volkmann - 1 ação ON;

Claus Hoppen - 1 ação ON;

Mauro Fernando Maria Arruda - 10 ações Preferenciais Nominativas (PN);

Márcio de Oliveira Santos - 1 ação ON;

Vicente Roberto de Andrade Vietri - 1 ação ON;

Liliana Faccio Novaretti - 1 ação ON;

Coaraci Nogueira do Vale - 1 ação PN; e

Marco Aurélio Rogeri Armelin - 1 ação PN.

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo :

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os sub itens não são aplicáveis.

- a. Órgão
- b. número de membros

- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:**
 - i. data de outorga**
 - ii. quantidade de opções outorgadas**
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis**
 - iv. prazo máximo para exercício das opções**
 - v. prazo de restrição à transferência das ações**
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:**
 - em aberto no início do exercício social**
 - perdidas durante o exercício social**
 - exercidas durante o exercício social**
 - expiradas durante o exercício social**
- d. valor justo das opções na data de outorga**
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas**

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os sub itens não são aplicáveis.

- a. Órgão**
- b. número de membros**
- c. em relação às opções ainda não exercíveis**
 - i. quantidade**
 - ii. data em que se tornarão exercíveis**
 - iii. prazo máximo para exercício das opções**
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações**
 - v. preço médio ponderado de exercício**
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social**
- d. em relação às opções exercíveis**
 - i. quantidade**
 - ii. prazo máximo para exercício das opções**
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações**
 - iv. preço médio ponderado de exercício**
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social**

vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os sub itens não são aplicáveis.

- a. Órgão**
- b. número de membros**
- c. em relação às opções exercidas informar:**
 - i. número de ações**
 - ii. preço médio ponderado de exercício**
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas**
- d. em relação às ações entregues informar:**
 - i. número de ações**
 - ii. preço médio ponderado de aquisição**
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas**

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, portanto, todos os sub itens não são aplicáveis.

- a. modelo de precificação**
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**
- d. forma de determinação da volatilidade esperada**
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão**
- b. número de membros**
- c. nome do plano**
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar**
- e. condições para se aposentar antecipadamente**
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores**
- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores**
- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições**

| | | |
|--|---|-----------------------|
| a) | 2009 | Diretoria Estatutária |
| b) Número de membros | | 4 |
| c) Nome do Plano = Bradesco Vida e Previdência | | |
| d) Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar | | NA |
| e) Condições para aposentar-se antecipadamente | | NA |
| f) Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de Previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores | | 3.109.544,16 |
| g) Valor acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores | | 179.055,62 |
| h) Se há possibilidade de resgate antecipado e quais condições | Não há possibilidade de resgate antecipado. | |

O plano de Previdência define como premissa valores de aporte limitado, com meta quando o beneficiário atingir a idade de 60 anos, momento que o beneficiário poderá transformar os valores de reserva acumulada em benefícios em forma de renda vitalícia. No caso de desligamento antecipado, antes do atingimento das condições de conversão anteriormente mencionada, não há obrigação da Companhia em aportar os valores faltantes ao atingimento da meta atuarial.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal :

- a. órgão
- b. número de membros
- c. valor da maior remuneração individual
- d. valor da menor remuneração individual
- e. valor médio de remuneração individual

Remuneração relativa ao exercício social de 2009 do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, de acordo com o Art. 35 da Instrução CVM nº 481/09:

| Ano 2009 | Conselho de Administração | Conselho Fiscal | Diretoria Estatutária |
|---|---------------------------|-----------------|-----------------------|
| Número de membros | 4 | 3 | 6 |
| Valor da maior remuneração individual/ano | 120.704,00 | 118.252,00 | 726.640,00 |
| Valor da menor remuneração individual/ano | 72.380,00 | 118.252,00 | 484.562,00 |
| Valor médio remuneração individual/ano | 88.488,00 | 118.252,00 | 532.825,56 |

Obs.: Os valores de remuneração individuais são iguais para todos os membros do Conselho Fiscal .

Remuneração prevista para o exercício social de 2010 do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal:

| Ano 2010 | Conselho de Administração | Conselho Fiscal | Diretoria Estatutária |
|---|---------------------------|-----------------|-----------------------|
| Número de membros | 4 | 3 | 2 |
| Valor da maior remuneração individual/ano | 264.873,00 | 156.000,00 | 854.274,00 |
| Valor da menor remuneração individual/ano | 117.000,00 | 156.000,00 | 577.076,00 |
| Valor médio remuneração individual/ano | 163.224,75 | 156.000,00 | 715.675,00 |

Obs.: Os valores de remuneração individuais são iguais para todos os membros do Conselho Fiscal.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Prática não aplicada pela Companhia.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores,

diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Prática não aplicável pela Companhia.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes pela Companhia emissora.

C.12) Sempre que a Assembléia Geral dos acionistas for convocada para aprovar plano de remuneração com base em ações, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas no Anexo 13 da Instrução CVM nº 481/2009.

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

C.13) As informações solicitadas nos artigos 14 a 21 da Instrução CVM nº 481 não se aplicam à Companhia, tendo em vista não se encontram incluídas dentre as matérias que serão submetidas a Assembléia Geral Ordinária de Acionistas e especificadas como Ordem do Dia no respectivo edital de convocação.